negócios

negocios.pt

Quarta-feira, 21 de agosto de 2024 | Diário | Ano XVIII | N.º 5307 | € 2.80
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

F. MOTA FERREIRA
Seria um erro Pedro Nuno ceder a frentismos de esquerda
OPINIÃO 25

KENNETH ROGOFF
Esperemos que Trump não interfira no mercado cambial
OPINIÃO 27

#
OS MAIS PODEROSOS **2024**
PRIMEIRA LINHA 4 a 11

#16
Decide a política monetária, mas é em Portugal que ganha influência. Centeno está na calha para Belém.

#15
Paulo Fernandes desinvestiu nos media, vende a Greenvolt e tem-se focado no porta--aviões, a Altri.

Governo mantém tabu sobre comboios da CP

Executivo acompanha empresa no concurso para a alta velocidade, mas evita tema do material a comprar para futura linha.

HOME PAGE 2

Verão morno faz temer riscos de estagnação

Grandes compras das famílias estão em quebra e a indústria fraqueja.

ECONOMIA 12 e 13

Antonio Bronic/Reuters

Aeroporto
Alentejo quer que Beja seja mais do que plataforma VIP

EMPRESAS 16 e 17

Tecnologia
Aposta de mil dólares no IPO da Google vale hoje 76.700

MERCADOS 24

Tombo das bolsas deixa gurus de Wall Street divididos

Quem comprou e vendeu o quê?

MERCADOS 22 e 23

"Empresas ficam com o lucro e a sociedade é quem paga o preço"

Vincent Stanley, diretor de Filosofia da marca Patagonia, afirma que "o greenwashing nas empresas está por todo o lado e não resulta".

SUSTENTABILIDADE 20 e 21

HOME PAGE

António Pedro Santos/Lusa

Governo mantém tabu sobre comboios da CP

O Ministério das Infraestruturas não adianta quando será lançado o concurso da CP para a compra de comboios para a alta velocidade.

O Governo diz estar a acompanhar a CP nas decisões para o lançamento do concurso para a compra de comboios para a alta velocidade, mas não avança quantos serão. E garante que a empresa entrará nesta operação assim que a infraestrutura o permita.

MARIA JOÃO BABO
mbabo@negocios.pt

O Ministério das Infraestruturas diz estar "a acompanhar a CP nos estudos e decisões necessárias para o lançamento do concurso público" para a compra de comboios para a alta velocidade, "garantindo a entrada em operação de alta velocidade no momento imediato em que a infraestrutura o permita".

O gabinete de Miguel Pinto Luz respondeu esta terça-feira a um conjunto de questões colocadas pelo grupo parlamentar do PS depois de, na Assembleia da República, o ministro ter afirmado que "não vamos comprar tantos comboios quantos a CP queria". No entanto, apesar de questionado sobre o material circulante que entende ser necessário para a empresa pública operar na futura linha, não avançou qualquer número.

A CP tinha previsto lançar este ano o concurso para a aquisição de comboios para a alta velocidade Lisboa-Porto. Inicialmente o anterior Governo apontava para a compra de 12 comboios, mas em novembro já referia a aquisição de 14, "mais unidades opcionais". Um investimento que, então, estimava em 520 milhões de euros. No entanto, no Parlamento em finais de julho, o ministro das Infraestruturas salientou que a empresa "tinha a ambição de comprar comboios que lhe dariam uma quota de 80%", o que em seu entender "não é saudável para o mercado". "É saudável para o mercado não investir tanto em comboios", frisou ainda Miguel Pinto Luz, assegurando que a CP "estará no mercado, agressiva, com boa qualidade de serviço, mas não terá o monopólio com este Governo e com a nossa visão da economia". "Queremos privados nessa concorrência, tanto portugueses como estrangeiros", disse.

Miguel Pinto Luz diz querer que CP se desenvolva como operador internacional.

Na resposta às questões colocadas pela bancada socialista, o gabinete de Miguel Pinto Luz garante agora que "o Governo pretende criar as condições para que a CP opere no mercado de alta velocidade, com padrões de elevada qualidade de serviço que os passageiros reconhecem no operador". E acrescenta ainda que "no contexto da liberalização do mercado ferroviário pretende-se que a CP se desenvolva enquanto operador nacional de referência, mas também como operador internacional".

O Ministério das Infraestruturas mantém ainda a estimativa para a conclusão da construção dos primeiros dois troços da alta velocidade entre Lisboa e Porto – Porto-Oiã e Oiã-Soure – em 2030 e a conclusão posterior da segunda fase em 2032. Com isso, recorda que a Infraestruturas de Portugal prevê a possibilidade de execução de 60 frequências diárias distribuídas entre serviços diretos Lisboa-Porto e serviços com paragens entre as duas cidades.

As declarações do ministro no Parlamento em julho também já levaram o Bloco de Esquerda a pedir a sua audição sobre o plano de negócios da CP. ■

DIA

AÇÃO

Inditex torna-se a primeira cotada espanhola a valer 150 mil milhões

A empresa liderada por Óscar García Maceiras é atualmente a maior da bolsa de Espanha.

A têxtil galega, dona da Zara, atingiu novos máximos na bolsa, ultrapassando os 48 euros por ação, tendo contrariado a tendência negativa nas ações europeias na sessão desta terça-feira. A acumular oito dias consecutivos de ganhos, a Inditex tornou-se a primeira empresa espanhola cotada em bolsa com valor de mercado de 150 mil milhões. O foco dos analistas está na apresentação de resultados a 11 de setembro. ■

1,35%

Variação este ano: **22,09%**
Valor em bolsa:
150.035,6 milhões de euros

FRASE

Donald Trump venderia este país por um dólar se isso significasse encher os seus bolsos.

ALEXANDRIA OCASIO-CORTEZ
Congressista do Partido Democrata

FOTO

Avião presidencial nigeriano apreendido na Côte d'Azur

A imagem é pouco habitual. O avião do Presidente nigeriano estacionado na pista do aeroporto de Nice Cote d'Azur, em Nice, foi apreendido pela justiça francesa, juntamente com outras duas aeronaves propriedade do Governo nigeriano. E porquê? Em causa uma disputa com a empresa chinesa Zhongshan Fucheng Industrial Investment que o mandou apreender.

Fotografia: Sebastian Nogier / EPA

NÚMERO

A Comissão Europeia quer tarifas de até 36,3% para carros elétricos chineses e 9% para Tesla.

EDITORIAL

DIANA RAMOS
Diretora
dianaramos@negocios.pt

O que esperar de Kamala?

O problema das expectativas é que, quando já são muito baixas, tudo o que aconteça de melhor tem a particularidade de parecer um enorme sucesso ou um mal menor. No primeiro mandato de Trump isso ficou mais ou menos evidente: houve muitos problemas e erros, mas a catástrofe anunciada também nunca chegou a ocorrer. Agora, na corrida presidencial à Casa Branca, já todos sabem o que esperar de Trump caso vença, mas a candidata democrata é uma enorme incógnita.

A campanha de Kamala Harris tem estado embalada pelas sondagens e pelo otimismo gerado com a saída de Biden da corrida, mas a profundidade das propostas com que a ainda vice-presidente dos EUA quer governar o país é muito reduzida. Enquanto braço-direito de Biden, Kamala Harris pouco ou nada se destacou em termos de pensamento político e as medidas que vem anunciando geram mais dúvidas do que certezas sobre se uma eventual vitória atirará o Partido Democrata ainda mais para a esquerda, agudizando as tensões sociais no país e minando o esforço de Biden de falar e governar ao centro.

> **Além da pressa em ficar bem na fotografia das sondagens, tudo parece demasiado "light".**

Vejamos o anúncio de um controlo de preços anunciado por Kamala Harris. Apesar de à primeira vista ser interessante para um eleitorado avesso a produtos caros, era ontem visto por um conjunto de economistas num trabalho levado a cabo pelo Wall Street Journal – alguns deles antigos conselheiros económicos de Biden – como algo irrealista e pouco concretizável, com um conjunto alargado de efeitos negativos a ele associados.

Da mesma forma, anunciar num país onde o risco é valorizado e onde o investimento é incentivado um agravamento dos impostos sobre as empresas parece um tiro ao lado para a candidata democrata.

O pior é que, no meio destas medidas e propostas soltas, pouco de estruturado se conhece sobre a política social e económica de Kamala.

Além da pressa em agradar e ficar bem na fotografia das sondagens, tudo o mais parece demasiado "light" para a responsabilidade de quem quer assumir a presidência da mais relevante economia do mundo. As expectativas em torno de Kamala são altas, mas o que tem ela verdadeiramente para oferecer? ■

#16 Mário **Centeno**

No grupo de 26 decisores de política monetária do BCE, tem defendido juros mais baixos. Mas é em Portugal que tem ganhado influência. Apesar de não se ter tornado primeiro--ministro em novembro, é visto como possível candidato à Presidência.

BILHETE DE IDENTIDADE

● **Cargo:** Governador do Banco de Portugal. ● **Naturalidade:** Nasceu em Olhão, em 1966. ● **Formação:** Licenciatura em Economia pelo ISEG, mestrados em Matemática Aplicada pelo ISEG e Economia em Harvard, doutoramento em Economia, em Harvard. ● **Cargos anteriores:** Foi ministro das Finanças, presidente do Eurogrupo. Antes dirigiu os estudos do BdP.

Miguel Baltazar

OS MAIS PODEROSOS **2024**

PORQUE SOBE

Mário Centeno volta este ano a subir na lista dos "Mais Poderosos". Enquanto governador do Banco de Portugal é o rosto da estabilidade financeira do país e o representante português em Frankfurt, onde se tomam as grandes decisões estratégicas do Banco Central Europeu (BCE). Tem, contudo, mantido uma presença forte na vida política nacional e chegou a ser proposta para primeiro-ministro quando António Costa se demitiu. O próximo passo poderá passar por Belém.

TABELA DE CRITÉRIOS

Critério	Estrelas
Poder da fortuna	★☆☆☆☆
Rede empresarial	★★★★★
Influência política	★★★★☆
Influência mediática	★★★★☆
Perenidade	★★★★☆

LEONOR MATEUS FERREIRA
leonorferreira@negocios.pt
DIANA RAMOS
dianaramos@negocios.pt

"Quando as nações não respeitam as suas instituições, têm mais dificuldade em prosperar". É a esta ideia – de Daron Acemoglu e James Robinson no livro "Porque Falham as Nações" – que recorre Mário Centeno, governador do Banco de Portugal, para discutir a ascensão da extrema-direita na Europa e como esta ameaça a independência dos bancos centrais.

O economista representa Portugal no conselho de governadores do Banco Central Europeu (BCE) – o grupo de 26 decisores que definem as políticas monetárias da Zona Euro – e foi no fórum anual da autoridade monetária, em Sintra, que recomendou, em entrevista ao Negócios, a obra. "É um livro muito longo, mas de muito boa leitura", dizia.

Apesar de as suas funções serem de liderança do supervisor da banca portuguesa, a união monetária faz com que uma parte significativa do trabalho de Centeno seja feita em Frankfurt. O governador explica que, apesar de a Europa ter construído instituições que têm "proporcionado um nível de bem-estar que nunca existiu", o BCE é relativamente jovem e muito mudou na última década e meia, ou seja, depois da crise financeira.

É nessa fase que surgem mecanismos de estabilidade europeia, de supervisão ou de resolução, bem como um reforçado Pacto de Estabilidade e Crescimento (já novamente revisto). Esta rede de proteção do euro foi posta à prova na pandemia de covid-19 e Centeno considera que esteve à altura. "Penso que, neste momento, as pessoas não querem desproteger as instituições. Pelo contrário, querem reforçá-las. E também esperam que tenham a capacidade de se explicar e que se perceba o que é que estão a fazer em prol dos europeus. Este período de inflação muito alta foi um bom exemplo, um bom momento para o BCE e para o Eurossistema mostrar essa disponibilidade", sublinhou.

Para travar a inflação galopante, o BCE subiu os juros como nunca: foram 400 pontos-base entre julho de 2022 e setembro de 2023. Após uma pausa de nove meses, levou a cabo a primeira descida de taxas em junho. Centeno pedia que acontecesse desde março, mas o grupo só chegou a consenso mais tarde e, mesmo assim, com um voto contra: do governador do banco

Centeno foi dos últimos governadores a apoiar uma subida de juros do BCE e esteve entre os primeiros a defender uma descida.

Continua na pág. 7

OS MAIS PODEROSOS **2024**

16 MÁRIO CENTENO

O economista algarvio, doutorado em Harvard, tem alertado a banca para a "obrigação social" na remuneração das poupanças.

TEIA DE INFLUÊNCIA

Francisca Guedes de Oliveira
A economista foi a última a entrar no conselho de administração do BdP atual, em 2023, por escolha de Centeno. Tem o pelouro da supervisão comportamental.

Hélder Rosalino
É o atual membro da administração do BdP com mais experiência (já que chegou ao cargo há uma década) e é responsável pelas pastas dos pagamentos e do euro digital.

Rui Pinto
Tendo transitado em 2022 da supervisão da bolsa (era administrador da CMVM) para a banca, Rui Pinto é o administrador do BdP com a responsabilidade da supervisão prudencial.

Clara Raposo
Número dois no Banco de Portugal e braço-direito de Centeno, a antiga presidente do ISEG chegou ao supervisor em novembro de 2022 e é apontada como possível sucessora.

Luís Laginha de Sousa
Antigo membro da administração do BdP, já sob liderança de Centeno, Luís Laginha de Sousa preside agora à CMVM. Ambos estão no Conselho Nacional de Supervisores.

Luís Máximo dos Santos
Presidente do Fundo de Resolução e vice-governador do BdP, Luís Máximo dos Santos tem sido o rosto da relação do supervisor com o Novo Banco.

Helena Adegas
Diretora do departamento de mercados do BdP entre 2017 e novembro de 2022, Helena Adegas foi escolhida pelo atual governador para completar o conselho de administração.

Christine Lagarde
O conselho do BCE tem vivido um ano de discórdia entre os governadores sobre as taxas de juro, mas a presidente Christine Lagarde tem elogiado o "amigo" Mário Centeno.

Margarida Corrêa de Aguiar
A par do BdP e da CMVM, a Autoridade de Supervisão de Seguros (ASF), liderada por Margarida Corrêa de Aguiar, é um pilar da supervisão financeira.

Andrea Enria
Andrea Enria é o atual presidente do Conselho de Supervisão do BCE e, por isso, um parceiro dos governadores dos bancos centrais nacionais nas suas funções de supervisão bancária.

Álvaro Novo
Mário Centeno e Álvaro escreveram um livro juntos, estiveram juntos no Ministério das Finanças e o ex-secretário de Estado é agora diretor do gabinete do governador no BdP.

Joaquim Miranda Sarmento
A relação entre o novo ministro das Finanças e o governador do Banco de Portugal começou de forma conturbada devido à garantia bancária no crédito para jovens.

António Costa
António Costa escolheu Mário Centeno para ministro das Finanças e queria que este o substituísse como primeiro-ministro. É agora presidente do Conselho Europeu.

Vítor Bento
O Banco de Portugal é o supervisor da banca e tem, por isso, uma relação próxima com o setor financeiro e com a Associação Portuguesa de Bancos, presidida por Vítor Bento.

Ricardo Mourinho Félix
Após três anos na vice-presidência do BEI, Ricardo Mourinho Félix voltou no início deste ano ao BdP como técnico consultor do gabinete do governador.

Luís Montenegro
Enquanto primeiro-ministro, Luís Montenegro vai ser responsável pela decisão sobre recondução de Mário Centeno para um segundo mandato à frente do BdP.

Marcelo Rebelo de Sousa
Já tiveram diferendos no passado, mas o Presidente da República tem tido em consideração as posições do governador do BdP, nomeadamente sobre política monetária.

Continuação da pág. 5

central da Áustria, Robert Holzmann. O austríaco é um reconhecido "falcão" – banqueiros centrais que tendem a preferir maior restrição monetária –, enquanto o português está do lado contrário, o das "pombas".

António Costa propôs que Centeno o substituísse como primeiro-ministro. Agora é apontado como potencial candidato presidencial.

Para além de Frankfurt

A par da política monetária, a liderança do supervisor traz responsabilidades junto da banca, a quem tem lembrado da "obrigação social" na remuneração das poupanças das famílias.

Centeno não se tem coibido também de dar conhecer as suas opiniões, tendo dado início à publicação de uma série de análises em nome próprio. Tem mesmo feito reparos aos governantes. Ainda no último boletim económico, de junho, alertava para os riscos de as políticas do Executivo de Montenegro colocarem em risco "a trajetória desejável" para a despesa pública.

O economista algarvio tem, aliás, recuperado peso no panorama político. Em novembro foi proposto por António Costa para primeiro-ministro como forma de a sua demissão não espoletar eleições antecipadas. "A solução indicada pelo PS foi apresentar uma personalidade de forte experiência governativa, respeitado e admirado pelos portugueses, com forte prestígio internacional, que foi o professor Mário Centeno, mas o Presidente entendeu que, melhor do que ter uma solução estável e um Governo forte e renovado, seria optar por eleições antecipadas", disse o ex-primeiro-ministro.

Centeno viria mais tarde a confirmar que o convite foi feito e explicou que nem chegou a considerar já que Marcelo Rebelo de Sousa rejeitou a opção. Levantou-se um coro de críticas, mas a comissão de ética do Banco de Portugal concluiu que o governador "cumpriu os seus deveres gerais de conduta" – apesar de admitir que houve danos de imagem.

Menos de um ano depois, Centeno volta a ser visto como um possível nome para a corrida à Presidência da República. Contudo, no núcleo duro do PS a escolha do candidato não estará ainda fechada. O nome de Centeno é visto com agrado por uns, mas não recolhe consenso, ao mesmo tempo que as sondagens não têm dado particular tração ao ex-ministro das Finanças.

Para já, o futuro está em aberto dado que Centeno garantiu, em entrevista ao Expresso, que pretende continuar a ocupar o cargo de governador do Banco de Portugal. Um cenário que é visto, mesmo dentro do Banco de Portugal, como praticamente afastado. "Estou a desempenhar o cargo para chegar a julho do ano que vem em condições de ter um segundo mandato", afirmou. "Se esse segundo mandato vem ou não vem, é um tema da esfera política"

Com o sufrágio apontado para janeiro de 2026 – e se Centeno avançar, de facto, para Belém com o apoio do PS – são muitas as dúvidas sobre o momento em que colocaria termo ao mandato de governador, que termina em julho de 2025. Há quem veja esse "timing" como sendo demasiado curto para preparar uma candidatura à Presidência da República. A concretizar-se será um regresso à política.

Gravitar em torno da política

Nascido em 1966 em Olhão, Mário Centeno licenciou-se em Economia e obteve os graus de mestre em Matemática Aplicada pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, antes de rumar aos Estados Unidos onde se doutorou em Economia na Universidade de Harvard, em 2000.

No início do século regressa ao país e exerce funções como professor catedrático na Universidade de Lisboa e na Universidade Nova de Lisboa. Em 2004 chega a diretor-adjunto do departamento de estudos económicos do Banco de Portugal (tinha entrado em 1993). Desempenha o cargo até 2013 e o de consultor do conselho de administração nos dois anos seguintes.

É nessa altura que o economista, então pouco conhecido do público, chega pela primeira vez à vida política. Responsável pelo programa económico com que o PS se apresentou às eleições legislativas de 2015, torna-se deputado de forma temporária antes de ser convidado por António Costa para as Finanças – um cargo no qual foi determinante para a saída dos procedimentos por défices excessivos, o que lhe valeu a alcunha de Ronaldo das Finanças. Com esta fama chegou a estar na corrida ao Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como a outros cargos lá fora.

Sobre o futuro, são mais as dúvidas do que as certezas. Sem um segundo mandato à vista no supervisor da banca, as opções fora de Belém são também elas limitadas, já que muitos dos cargos internacionais a que Centeno se perfilaria estão já tomados e sem perspetiva de renovação no curto prazo. A somar ao facto de, com a queda do Governo de Costa, Centeno ter perdido um amplo apoio político. O tempo dirá o que vem a seguir, mas muitos lembram que o ex-ministro é "ambicioso" e que uma função de consultor no Banco de Portugal será pouco atrativa. ■

GOVERNADOR GANHA INFLUÊNCIA

Evolução no "ranking" de "Os Mais Poderosos"

Tendo entrado em 2016 no "ranking", Mário Centeno sobe agora na lista dos "Mais Poderosos". O lugar mais elevado onde já esteve foi no 3.º, em 2019, quando era ministro das Finanças.

Fonte: Negócios

O PESO DAS PALAVRAS

"

RAY KURZWEIL
Cientista

A inteligência artificial atingirá os níveis humanos por volta de 2029. Seguindo isso até, digamos, 2045, teremos multiplicado a inteligência, a inteligência da máquina biológica humana da nossa civilização, um bilião de vezes.

"O Poder de Fazer Acontecer", a conferência anual do Negócios realizada no âmbito de Os Mais Poderosos, será dedicada ao tema da inteligência artificial.

CRITÉRIOS

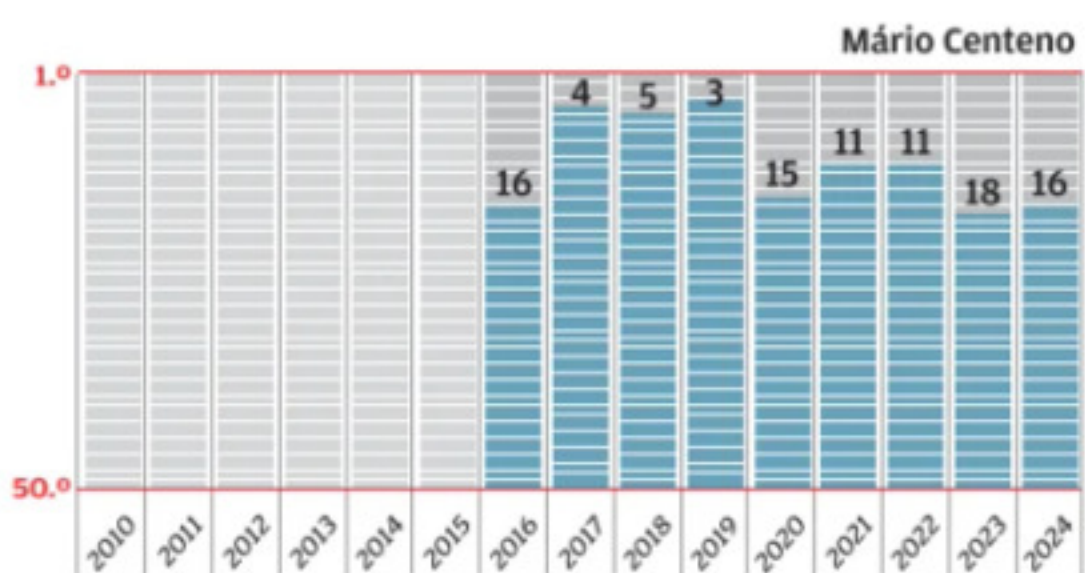
O "ranking" dos Mais Poderosos da economia portuguesa foi estabelecido com base em cinco grandes critérios – poder da fortuna, poder financeiro, influência política, influência mediática e perenidade, sendo que cada individualidade foi pontuada de 1 a 5 em cada um deles. A partir da soma ponderada das pontuações o Negócios fixa a tabela final dos 50 Mais Poderosos.

O PODER DA FORTUNA
O "poder da fortuna" avalia a riqueza levando em conta também as dívidas, ou seja, releva a situação líquida (ativos e passivos).

O PODER FINANCEIRO
No poder financeiro olha-se para o poder através das empresas em que, direta ou indiretamente, se tem influência como acionista ou como gestor. As empresas são mais ou menos relevantes em função da sua dimensão, do seu setor e das redes que estabelecem e o impacto que têm noutras.

A INFLUÊNCIA POLÍTICA
É medido, neste critério, o poder de influenciar ou de participar em decisões políticas – seja do poder executivo, legislativo ou partidário – com impacto decisivo na economia, nas empresas, nos negócios e na Administração Pública.

A INFLUÊNCIA MEDIÁTICA
Olha para o poder de condicionar a agenda mediática, através da audiência, capacidade de influenciar a comunicação social ou de mobilização de meios.

PERENIDADE
Neste ponto evidencia-se a temporalidade do poder que pode ser mais perene e independente de ciclos, sejam eles políticos, económicos ou da vida empresarial.

#15 Paulo Fernandes

Reduziu a posição dos media, o que lhe retirou influência, mas realizou uma série de mais-valias com a venda de alguns negócios, em particular a Greenvolt. Hoje, está mais focado no seu porta-aviões, a Altri, e num futuro para o património.

BILHETE DE IDENTIDADE

● **Cargos:** Vice-presidente não executivo da Altri, Presidente da Cofina, CEO da Actium Capital, Administrador da Ramada Investimentos, acionista da Medialivre. ● **Naturalidade:** Nasceu em Águeda, em 1958.
● **Formação:** Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica pela Universidade do Porto; MBA na Universidade de Lisboa.

OS MAIS PODEROSOS **2024**

PORQUE SOBE

Prefere o recato e optou por sair de cena num setor que lhe dava peso institucional, a comunicação social. Apesar de ter reduzido a posição na área dos media, ficando com uma pequena parte no capital da Medialivre, é provavelmente um dos empresários nacionais com mais "cash" disponível para avançar para investimentos. Tem na Altri o seu porta-aviões, toma o pulso à economia e vai olhando para as oportunidades que o destino lhe coloca em mãos.

TABELA DE CRITÉRIOS

Critério	Estrelas
Poder da fortuna	★★★★☆
Rede empresarial	★★★★★
Influência política	★★★☆☆
Influência mediática	★★★★☆
Perenidade	★★★★☆

DIANA RAMOS
dianaramos@negocios.pt

É difícil encontrar um gestor cuja área de negócio tenha mexido tanto – e ao mesmo tempo tão pouco – sem que o seu peso se tenha diluído. Face ao ano anterior, quase tudo mudou no mundo empresarial de Paulo Fernandes: deixou de liderar um grupo de media, está de saída da Greenvolt após uma proposta de compra do fundo norte-americano Kohlberg Kravis Roberts (KKR) e tem na Galiza um dos principais impasses na transformação do modelo de negócio da Altri. Ainda assim, um dos poucos rostos que está na lista dos Mais Poderosos desde o seu início, em 2010, é talvez um dos empresários nacionais com mais "cash" disponível para investir na economia portuguesa.

Vamos por partes. Há um ano, o então dono da Cofina – que detinha o CM, CMTV, Negócios, Record, Sábado, entre outros meios de comunicação social – tinha duas propostas de compra em cima da mesa. Uma do rival Mário Ferreira, acionista da Media Capital que tentava o controlo após um fusão falhada entre os dois grupos de media, e um "management buy out" (MBO), nascido no seio da sua equipa de administração, encabeçado por Luís Santana, Ana Dias e Octávio Ribeiro e ao qual se juntou, como investidor, o jogador de futebol Cristiano Ronaldo.

No final de 2023, a Cofina entregou as suas marcas à Medialivre por 56,8 milhões de euros e três dos acionistas de referência do primeiro grupo – Domingos de Matos, Paulo Fernandes e João Borges de Oliveira – mantiveram uma posição mais reduzida na nova companhia. Aquela que era até aí uma posição de domínio transformou-se numa mera participação financeira. "A partir do momento em que falhou o negócio com a TVI, tornou-se mais ou menos óbvio o desinvestimento", explica uma fonte conhecedora da operação. Eis o primeiro momento de viragem nos negócios de Paulo Fernandes.

O piscar de olho da KKR

Era mais ou menos claro para o núcleo acionista que junta Paulo Fernandes, Domingos de Matos e João Borges de Oliveira que a entrada na Greenvolt teria também um calendário de saída. O momento do desinvestimento talvez tenha acelerado mais face ao rápido crescimento da empresa de renováveis gerida por João Manso Neto. Ao Negócios, uma fonte conhecedora explica que Paulo Fernandes "entrou num bom 'timing' e saiu num 'timing' ainda melhor". "Ninguém sabe como vai evoluir o setor, o que acontecerá ao financiamento e aos projetos. Preferiu sair a estar a lidar com toda a incerteza", adianta a mesma fonte, explicando que o gestor "tinha um calendário na cabeça" quando entrou na área das renováveis.

O acordo para a compra das participações dos cinco acionistas de referência foi anunciado numa madrugada do final de dezembro e o processo foi concluído em maio, com o fundo a ficar com mais de 80% do capital e a ter de lançar uma OPA. Paulo Fernandes, através da Actium Capital, tinha 11,56% da Greenvolt e 16,09 milhões de ações. A oferta fixou-se nos 8,3 euros por título, pelo que face ao preço acordado a posição do gestor fi-

Continua na pág. 11

OS MAIS PODEROSOS **2024**

15 PAULO FERNANDES

No intervalo de um ano, Paulo Fernandes deixou de liderar um grupo de media, está de saída da Greenvolt e tem na Altri vários desafios.

TEIA DE INFLUÊNCIA

Alberto de Castro
É professor catedrático e um conhecedor nato do meio empresarial. Desde 2020, é "chairman" da Altri. Foi um dos nomes escolhidos quando os acionistas apostaram em rostos independentes.

José de Pina
Não está ligado ao núcleo acionista, mas é o homem escolhido para a gestão profissional da Altri. Trabalha em estreita ligação com Alberto de Castro e tem em mãos o dossiê Galiza.

João Pedro Oliveira e Costa
O BPI tem sido um banco próximo das empresas de Paulo Fernandes. Em 2023, a instituição liderou a colocação de uma emissão de 50 milhões da Altri em dívida verde.

Pedro Fernandes
Trabalhou como analista de mercados e é, atualmente, o diretor executivo da Actium Capital, o "family office" através do qual Paulo Fernandes faz os seus investimentos.

João Borges Oliveira
Tal como Domingos de Matos, esteve sempre ao lado de Paulo Fernandes como parceiro de negócios. São muito próximos, mas têm perfis muito distintos, o que os complementa.

Domingo de Matos
Integra o grupo de acionistas de referência fundador da Cofina, Altri e Ramada. É acionista e presidente da Medialivre e esteve ao lado dos quadros da então Cofina na compra.

Paulo Macedo
A Caixa Geral de Depósitos, gerida por Paulo Macedo, tem sido um dos bancos financiadores da atividade das empresas de Paulo Fernandes.

Ana Mendonça
É filha de Pedro Mendonça, já falecido, e um dos braços de referência, através da Promendo Investimentos, no núcleo de acionistas que comanda Altri.

Pinto Balsemão
A comunicação social colocou-os em lados opostos, mas foram muitas vezes aliados. Paulo Fernandes tem respeito pelo fundador da Impresa e cultivam ambos o gosto pelo golfe.

Vincent Policard
Preside ao conselho de administração da Greenvolt. No fundo KKR, que entrou no capital da empresa este ano, é sócio e codiretor das Infraestruturas na Europa desde fevereiro de 2012.

João Manso Neto
Foi o próprio gestor quem o convidou para montar consigo um negócio na área das renováveis. Tem conduzido o processo de crescimento da Greenvolt e foi quem montou toda a operação de venda ao KKR.

João Talone
Falam com frequência. O ex-"chairman" da EDP fez com Paulo Fernandes um MBA na Católica e é um amigo de longa data. Foi Talone quem abriu as portas na parceria da Altri com a EDP para a Bioelétrica.

Rodrigo Costa
O CEO da REN é amigo de Paulo Fernandes desde a década de 90, altura em que ambos fizeram um MBA. Passam férias juntos, jogam golfe e trocam ideias sobre a economia e os mercados.

Jorge Armindo
o antigo presidente da Amorim Turismo é, tal como Paulo Fernandes, oriundo do norte do país. São bons amigos desde há vários anos.

Jorge Marrão
Ex-"partner" da Deloitte é rosto próximo, tendo começado a trabalhar com o gestor ainda na Cortal. Hoje, é presidente do conselho fiscal da Altri e vogal dos conselhos fiscais da Cofina e Ramada.

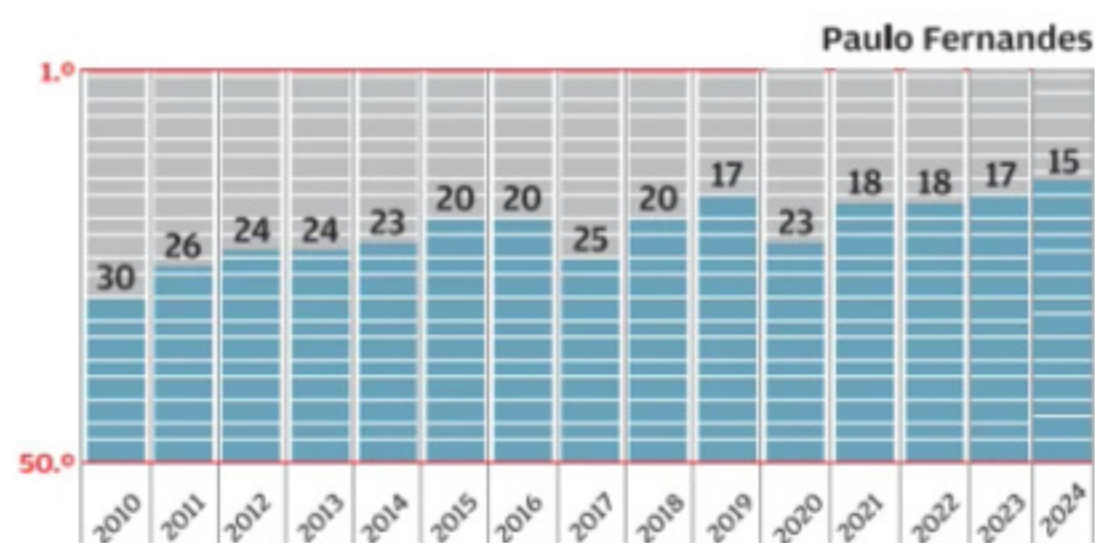
Continuação da pág. 9

cou valorizada nos 133,6 milhões de euros. A Promendo, dominada por Ana Mendonça, tinha 12,6%, o equivalente a 145,4 milhões. João Borges de Oliveira, através da Caderno Azul, controlava 11,2% e encaixou 129,5 milhões. À Livrefluxo, de Domingos Vieira de Matos, couberam 121,8 milhões pelos 10,55% do capital e a Pedro Borges de Oliveira, através da 1Thing Investments, outros 72 milhões pelos cerca de 7%. Ao todo, a operação rendeu, em termos brutos e sem contar com o investimento inicial, mais de 600 milhões.

Ao Negócios, fonte conhecedora explica que a oferta da KKR surgiu "numa altura em que a Greenvolt tinha de tomar decisões", o negócio obrigava a um investimento avultado para se expandir e, entre o risco de avançar com mais capital e centrar a operação nos desafios da Altri, o núcleo duro que acompanha Paulo Fernandes desde sempre optou por vender. "Teriam que se endividar e o risco era muito elevado", acrescenta.

O desafio em Espanha

Todos os que lidam de perto com Paulo Fernandes resumem os últimos dois anos da vida do gestor a um mesmo caminho. A idade mudou, o peso da sucessão é hoje uma realidade mais premente, e entregar a gestão das empresas a profissionais foi a maior preocupação de forma a proteger os bens da família.

"A idade pesa, tem noção de que a vida não é igual para sempre e que no futuro vai pesar mais", relata ao Negócios uma fonte. Outra adianta que o que mais mudou "foi a maneira como gere o seu património". Optou por entregar o dia a dia "a uma gestão mais profissionalizada",

O peso da sucessão é uma realidade mais premente. O caminho tem sido concentrar o negócio na Altri e entregar a gestão a profissionais.

não se colocando no papel do executivo, estando mais preocupado em "valorizar o que tem" e em olhar para a economia e para os mercados na lógica de perceber como defender o investimento.

A redução da participação nos media e o desinvestimento na Greenvolt foram uma forma de "o grupo se focar na fileira celulósica" e "os negócios foram sendo alienados com mais ou menos tensão" entre acionistas.

O foco da atividade empresarial está hoje centrado na Altri, a produtora de pasta de papel dona de três fábricas celulósicas em Portugal – a Celbi, a Biotek e a Caima. Até junho, a empresa aproveitou a onda da subida de preços da pasta de papel e alcançou receitas de 462,7 milhões de euros, mais 8,5% face ao primeiro semestre de 2023, à boleia de uma procura global mais favorável.

Ainda assim, todos sabem que o porta-aviões enfrenta desafios. "O negócio da pasta de papel não tem grande futuro e é necessária uma diversificação", adianta fonte próxima, o que justifica a aposta nas fibras têxteis e no "dissolving". O próprio CEO da Altri, José de Pina, reconhece na apresentação de contas semestrais de 2024 que a "Altri continua a desenvolver vários projetos de crescimento e diversificação alinhados com o seu plano estratégico", entre os quais a "valorização de ácido acético e furfural de base renovável, na Caima, com previsão de conclusão para o final de 2025" e o chamado Projeto Gama, na Galiza, cuja decisão de investimento tem vindo a ser sucessivamente adiada.

Trata-se da fábrica de fibras verdes (lyocell), em parceria com a Inditex, que o grupo pretende instalar no país vizinho. Inicialmente, a produtora de pasta de papel apontou o primeiro semestre de 2023 para avançar para a decisão de investimento, que ronda os mil milhões de euros, tendo a crise política em Espanha atirado o ok final para dezembro do ano passado. O que não aconteceu. "A decisão surgirá quando houver decisão ambiental", explica uma fonte, reconhecendo que tem havido forte contestação alimentada por grupos de pressão também interessados no negócio. O núcleo duro de acionistas da Altri tem vários cenários em cima da mesa e não exclui nenhuma hipótese. "Havendo licença ambiental haverá decisão", diz uma fonte, adiantando que o principal objetivo é a Altri ter a maioria do capital. Ainda assim, em cima da mesa está a entrada de um ou dois parceiros de investimento, nomeadamente fundos. Há conversações em curso, sabe o Negócios. E, no pior cenário, a empresa fica no projeto, mas com uma posição inferior ao inicialmente projetado. Nada é de excluir.

Venda da Ramada Aços

A venda de ativos menos relevantes tem sido um dos caminhos seguidos por Paulo Fernandes e pelo grupo de acionistas que o acompanha. Em maio, foi anunciada a venda pela Ramada Investimentos da subsidiária do aço ao acionista Pedro Borges de Oliveira, por 70 milhões. O foco, adianta uma fonte, foi abrir mãos dos ativos mais pequenos para concentrar a atenção na Altri. A venda gerou "algum litígio" que acabou dirimido. De futuro, a aposta é assegurar que o património é gerido de forma profissional. Certezas sobre se a sucessão será familiar não existem, o caminho é valorizar o mais possível os bens por via de uma gestão profissional e preparar a geração seguinte para todos os cenários. ■

MARCA PRESENÇA DESDE 2010

Evolução no "ranking" de Os Mais Poderosos

Entrou na lista em 2010 e nunca mais saiu. Arrancou na 30.ª posição, tem estado quase sempre entre os 25 primeiros. No ano passado avançou para a 17.ª posição e este ano volta a subir.

Fonte: Negócios

O ADMIRÁVEL MUNDO DA IA

SEBASTIAN THRUN
Cientista de Computação

Ninguém fala assim, mas acho que a inteligência artificial é quase uma disciplina de humanidades. É realmente uma tentativa de compreender a inteligência humana e a cognição humana.

"O Poder de Fazer Acontecer", a conferência anual do Negócios realizada no âmbito de Os Mais Poderosos, será dedicada ao tema da inteligência artificial.

CLASSIFICAÇÃO 2024

Posição	Nome
1.º	
2.º	
3.º	
4.º	
5.º	
6.º	
7.º	
8.º	
9.º	
10.º	
11.º	
12.º	
13.º	
14.º	
15.º	Paulo Fernandes
16.º	Mário Centeno
17.º	Pedro Castro e Almeida
18.º	Giorgia Melloni
19.º	Olaf Scholz
20.º	Salvador de Mello
21.º	Emmanuel Macron
22.º	Fernando Campos Nunes
23.º	Dionísio Pestana
24.º	João Lourenço
25.º	José Luís Arnaut
26.º	Carlos Mota dos Santos
27.º	Luís Marques Mendes
28.º	João Pedro O. Costa
29.º	Pires de Lima
30.º	Miguel Almeida
31.º	Carlos Tavares
32.º	Ana Figueiredo
33.º	Vladimir Putin
34.º	Sam Altman
35.º	Luís Amaral
36.º	António Portela
37.º	Pinto Balsemão
38.º	António Horta Osório
39.º	João Vieira de Almeida
40.º	Rui Miguel Nabeiro
41.º	Pedro Reis
42.º	Ricardo Pires
43.º	José Teixeira
44.º	Leonor Beleza
45.º	Nuno Sebastião
46.º	Joaquim Miranda Sarmento
47.º	José Cardoso Botelho
48.º	Luís Laginha de Sousa
49.º	Carlos Moedas
50.º	Paulo Rangel

ECONOMIA

Mariline Alves

Os indicadores do Banco de Portugal e do INE mostram o consumo privado em aceleração, mas famílias devem continuar a evitar grandes compras.

CONJUNTURA

Trimestre do verão com arranque morno

O indicador de atividade do Banco de Portugal está a apontar para variações em linha com as da primavera, período atravessado pela estagnação. Confiança da indústria ainda fraqueja. Grandes compras das famílias devem continuar a quebrar. Investimento reanima-se, mas futuro é incerto.

MARIA CAETANO
mariacaetano@negocios.pt

Após um segundo trimestre em estagnação, os primeiros indicadores disponíveis no arranque do verão estão neste momento ainda a apontar para dificuldades em reverter a desaceleração. Ao abrandamento da atividade em junho, seguiu-se um mês de julho em terreno negativo e um início de agosto que, para já, exibe variações apenas em linha com as do trimestre anterior, de acordo com o indicador diário do Banco de Portugal (BdP) cujos resultados são libertados a cada semana.

Neste indicador – construído com dados de alta frequência, do consumo de energia ao tráfego de mercadorias, passando pelas compras feitas por residentes e não residentes no país – as últimas variações disponíveis dizem respeito aos primeiros dias de agosto. A média móvel a sete dias registada a 8 de agosto mostra-se em aceleração e a recuperar de uma série de leituras negativas verificadas no início de julho. Ainda assim, os valores exibidos – que comparam com período igual do ano anterior, que foi de contração – não superam o desempenho do segundo trimestre.

Nos meses de abril a junho, recorde-se, a economia estagnou. Os dados preliminares do INE já conhecidos deram conta de uma subida do PIB face ao trimestre anterior de meros 0,1%, com a variação homóloga nos 1,5%. De acordo com esta primeira leitura para o segundo trimestre, a economia foi prejudicada pelo lado da procura externa, com a evolução das trocas de bens e serviços com o exterior a pesar negativamente. No mesmo período, porém, o consumo privado e o investimento terão acelerado, equilibrando o país.

O indicador coincidente do BdP para a atividade económica manteve-se, entretanto, em desaceleração em julho, estando a perder ritmo já desde maio do ano passado. A variação homóloga desta última leitura disponibilizada passou a 1,2% (1,3% em junho).

Ao mesmo tempo, a confiança entre os setores da indústria e da construção segue em degradação, com indicadores mais negativos em julho. Já o comércio regista uma ligeira melhoria nos saldos das respostas das empresas, enquanto nos

0,1%

SEGUNDO TRIMESTRE
Após uma forte variação em cadeia de 0,8% no início do ano, a economia limitou-se a avançar 0,1% no segundo trimestre.

serviços – cuja confiança tinha tido forte recuperação no segundo trimestre – há alguma diminuição.

Na indústria, em particular, as perspetivas mantêm-se negativas nos próximos meses, com o INE a dar conta nesta terça-feira da manutenção de quebras na carteira de encomendas dos principais parceiros externos de Portugal em julho. A produção industrial nestes mercados estava em junho 1,1% abaixo de um ano antes.

Em junho, as exportações de bens ficaram 3,8% abaixo do ano anterior, em termos nominais, com as maiores quebras a verificarem nas vendas de material de transporte ao exterior (-18,5%).

Em sentido contrário, e do lado da procura interna, a confiança das famílias tem vindo a registar melhorias contínuas à medida que a inflação regride e se antecipam também diminuições nas taxas de juro ao longo deste ano e do próximo. Os dados têm mostrado até aqui uma recuperação dos rendimentos reais – das mais elevadas da OCDE no primeiro trimestre –, mas com aumento das taxas de poupança que indiciam menor propensão para o consumo.

A disponibilidade para compras importantes, por exemplo, poderá agora ser menor. Um sinal dado em julho está nas vendas de automóveis ligeiros, 9,5% inferiores às do mesmo mês do ano anterior. As compras e levantamentos nacionais na rede multibanco, por outro lado, cresceram 2%, mas em abrandamento após subidas homólogas de 2,5% em junho e de 4,4% em maio.

Em julho, o indicador coincidente do consumo privado do BdP mostra um segundo mês consecutivo de aceleração, para 1,8% de crescimento homólogo, mas com a variação novamente distante de igualar o desempenho de igual mês do ano passado (2,9%).

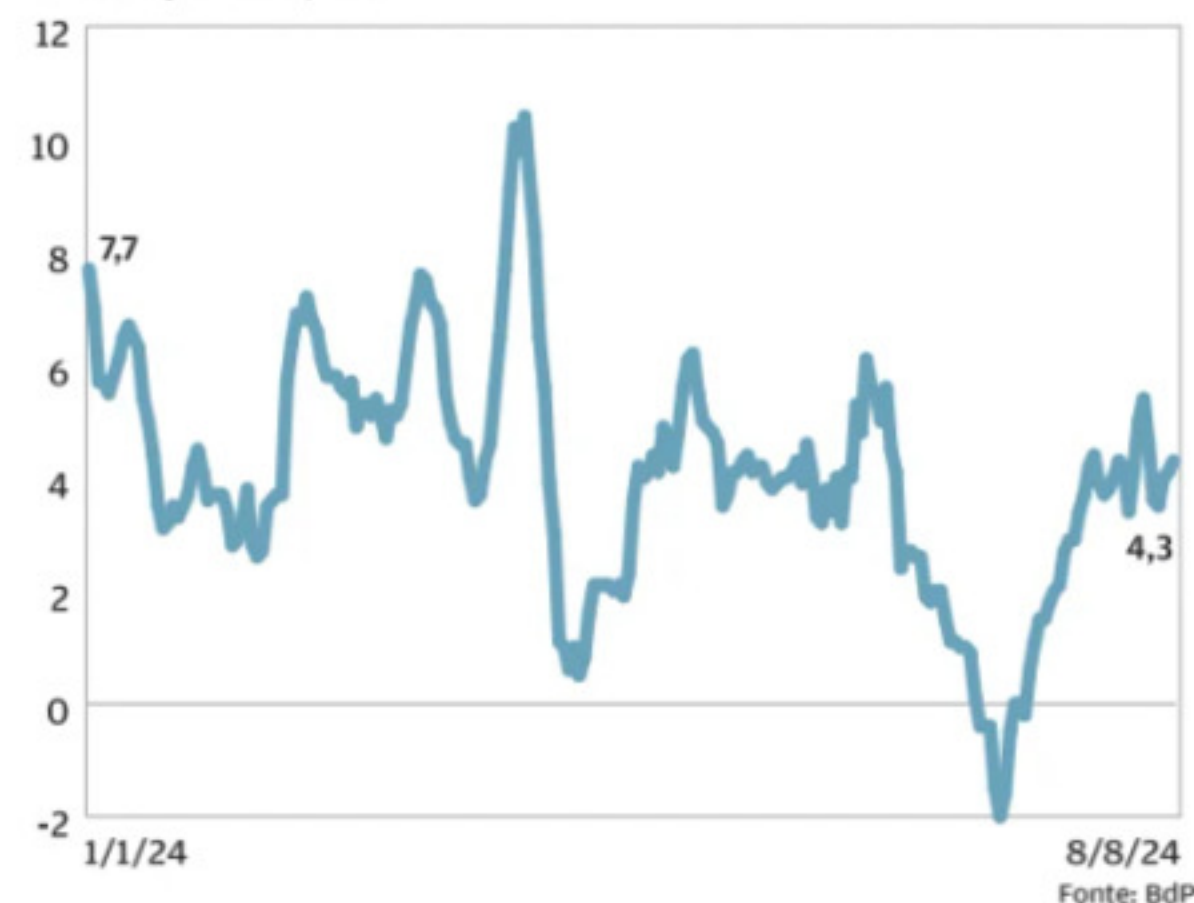
Já no que toca ao investimento, há uma reanimação. Os indicadores disponíveis para julho mostram a recuperação nas vendas de cimento, que sobem 9,7% após uma diminuição de 5,8% no mês anterior.

As vendas de veículos comerciais ligeiros, porém, estão em marcado abrandamento, com variações homólogas de 83,9%, 22,4%, 10,1% e 5,8% nos meses de abril, maio, junho e julho, respetivamente. As vendas de veículos pesados, entretanto, ficaram em julho 2,5% abaixo das de igual mês do ano anterior. ■

VERÃO COM QUEBRA E RECUPERAÇÃO

Indicador diário de atividade económica, média móvel semanal de variação homóloga, em %

No início de julho, a atividade terá entrado em território negativo, estando a recuperar agora para variações em linha com as que se registaram no segundo trimestre, marcado por um crescimento do PIB de apenas 0,1%.

Fonte: BdP

CONSUMO COMEÇA A ACELERAR

Indicador do consumo privado, média móvel de três meses homóloga, em percentagem

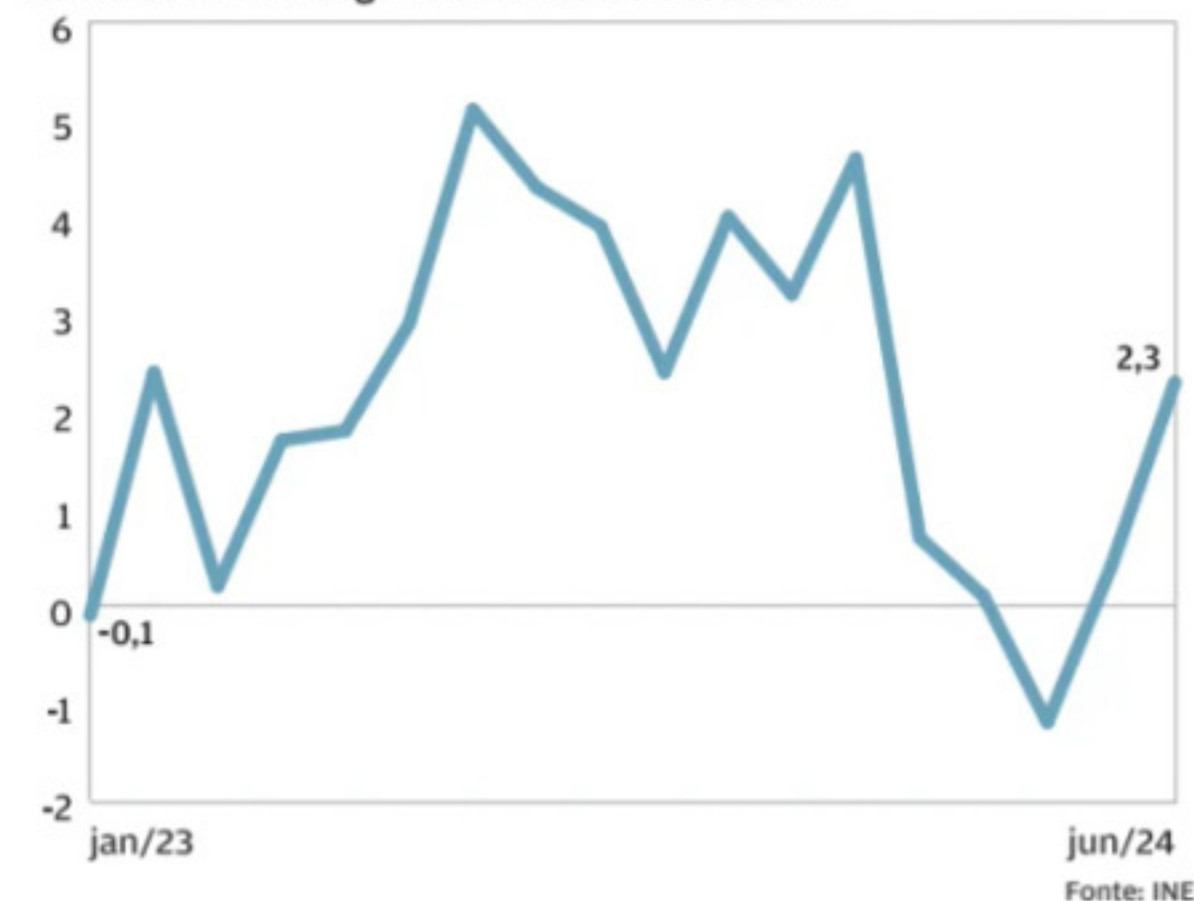
O indicador quantitativo do INE para a evolução do consumo privado mostra uma reversão do abrandamento a partir do mês de junho. Os dados mais recentes do Banco de Portugal, referentes a julho, apontam para que a tendência tenha persistido.

Fonte: INE

INVESTIMENTO TAMBÉM ACELERA

Indicador de FBCF, variação homóloga da média móvel de três meses, em percentagem

O investimento também terá iniciado uma aceleração em maio, de acordo com os dados do INE. Esta evolução, de resto, deverá ter servido de contrapeso ao impacto negativo da procura externa nos dados do PIB do segundo trimestre deste ano.

Fonte: INE

Zona Euro e maiores economias mundiais em marcha lenta

Bloco do euro continua a ser penalizado pelo recuo industrial e pela contração alemã. EUA escapam a recessão e a China estabiliza.

Se a economia nacional não oferece de momento sinais óbvios para a segunda metade do ano, a conjuntura externa segue igualmente em tendência indefinida. A Zona Euro é ainda penalizada pelo setor industrial e pela contração da atividade na Alemanha, enquanto nas maiores economias mundiais os Estados Unidos fintam para já os receios de uma recessão e a China surge a dar sinais de estabilizar.

Entre os principais parceiros de Portugal no espaço da moeda única, Espanha e Polónia mantiveram-se ainda entre os países com maior crescimento económico no segundo trimestre, avançando em cadeia de 0,8% e 1,5%, respetivamente. Mas estas evoluções mostram-se mais dependentes do que sucede nos serviços e na construção, com marcas acima de um ano antes nos dados mais recentes de junho, enquanto a produção industrial pouco destoa do retrato geral da Zona Euro.

No espaço do euro, as indústrias seguiam ainda a produzir 3,9% abaixo de um ano antes nestes dados mais recentes – em linha, de resto, com o que sucede na Alemanha, onde a quebra industrial se mantinha nos 4,1%. Pese embora a atividade dos serviços – sobretudo, do sul da Europa – continuar a ter efeito positivo para o crescimento do bloco (0,3% de subida do PIB em cadeia no segundo trimestre), as economias mais industriais têm sido o contrapeso. Em particular, a germânica, onde o sentimento económico regista agora a maior quebra desde o verão de 2022, após a invasão da Ucrânia.

O último painel estatístico mensal para o conjunto dos países da União Europeia do Eurostat, divulgado nesta terça-feira, vê entretanto a economia dos 27 em território ainda de expansão moderada, assinalando que o indicador de sentimento económico da Comissão Europeia ofereceu em julho uma leitura acima da média de longo prazo.

Entre as maiores economias mundiais, entretanto, os receios de recessão nos Estados Unidos face a piores dados do desemprego surgem para já afastados. Embora a produção industrial norte-americana tenha recuado 0,6% em julho, em termos mensais, a descida foi em grande medida explicada pelos efeitos do furacão Beryl. No consumo, os dados do retalho superaram o previsto, com uma subida mensal de 1%.

Na China, por outro lado, é esperado que a economia persista em abrandamento no terceiro trimestre, mas já em menor medida. À desaceleração no investimento e na produção industrial, respondem neste momento os serviços e o retalho, cujo volume de negócios tem vindo a acelerar. ■

MARIA CAETANO

0,3%

ZONA EURO

As economias do euro avançaram 0,3% em cadeia no 2.º trimestre e poderão prosseguir ao mesmo ritmo nos próximos meses.

ECONOMIA

Ricardo Ponte

Quase 400 empresas recorreram a este mecanismo previsto no Código do Trabalho.

SEGURANÇA SOCIAL

Lay-off dispara e abrange quase 13 mil pessoas

Número de trabalhadores sobe 80% em cadeia e mais do que triplica em termos homólogos. Autoeuropa foi uma das empresas que anunciaram lay-off em julho, mas há 398 entidades empregadoras envolvidas.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt

Quase 13 mil trabalhadores foram em julho abrangidos por lay-off clássico do Código do Trabalho, mais do triplo do que em período homólogo (+222%). Este mecanismo permite reduzir horários ou suspender contratos de trabalho, aplicando cortes salariais com financiamento da Segurança Social.

Em relação ao mês anterior a subida do número de abrangidos foi de 79,6%, revela a síntese de informação estatística da Segurança Social, publicada esta terça-feira, 20 de agosto.

A Autoeuropa decidiu aplicar o regime de lay-off a 3.742 trabalhadores durante oito dias em junho e treze dias em julho, segundo explicou nesse mês a agência Lusa, a propósito de uma série de audições realizadas no Parlamento a pedido do PCP.

Os dados oficiais da Segurança Social mostram que em julho havia 398 entidades empregadoras a recorrer ao regime de redução de horário ou suspensão temporária no âmbito do mecanismo previsto no Código do Trabalho.

Embora o número de entidades empregadoras suba 34% em termos homólogos, o número recua 4,8% face ao mês de junho, apesar do expressivo aumento de trabalhadores envolvidos.

Face a julho do ano passado a subida corresponde a mais 8,9 mil trabalhadores envolvidos (para um total de 12.927). Este número é o segundo mais alto da série iniciada em 2006 (que não tem em conta o lay-off simplificado da pandemia) com exceção do mês de novembro do ano passado, quando chegou a mais de 15 mil pessoas.

Questionado, no início do ano, sobre dados que permitam perceber o que motivou a subida, o Ministério do Trabalho (MTSSS) revelou em janeiro que foi na indústria transformadora que se registou o maior número de processos (76%).

+222%

SUBIDA HOMÓLOGA
Número de pessoas envolvidas no lay-off mais do que triplicou.

Suspensão de contratos aumentou mais

O regime de lay-off permite a suspensão temporária dos contratos de trabalho ou a redução do horário devido a motivos de mercado, estruturais ou tecnológicos ou catástrofe.

Entre os quase 13 mil abrangidos, um pouco mais de metade (53%) estava numa situação de redução de horário. Os restantes com suspensão de contrato.

Contudo, foi a suspensão de contrato que mais subiu em termos de trabalhadores abrangidos: 103% em cadeia e 365% em termos homólogos.

Durante o período de suspensão de contrato, que pode durar em regra até seis meses (doze em caso de catástrofe) os trabalhadores recebem uma compensação igual a dois terços do salário, com o limite mínimo de um salário mínimo e máximo de três. Quando existe redução de horário a compensação é calculada proporcionalmente.

A Segurança Social comparticipa a entidade empregadora em 70% do valor. ■

CONJUNTURA

Excedente comercial bate novo recorde no primeiro semestre

Portugal acumulou um excedente na balança de bens e serviços de quase mil milhões até junho. Valor é o mais elevado em 75 anos.

908

EXCEDENTE
Montante, em milhões de euros, do excedente comercial português registado até junho, segundo dados do Banco de Portugal.

Após ter atingido o valor mais alto de sempre em 2023, o excedente da balança comercial bateu um novo recorde na primeira metade deste ano. Os dados do Banco de Portugal (BdP), divulgados esta terça-feira, revelam que, desde janeiro, a balança de bens e serviços acumulou um saldo positivo de 908 milhões de euros, com as exportações a crescerem a um ritmo superior às importações.

O novo recorde na balança comercial portuguesa resultou de um aumento do excedente na balança de serviços, que permitiu compensar o défice que persiste na balança de bens. Quer isto dizer que, enquanto Portugal continua a importar mais bens do que exporta, a balança de serviços voltou a ser excedentária no primeiro semestre: Portugal exportou mais serviços (com destaque para viagens e turismo) do que aqueles que importou, o que permitiu equilibrar as contas externas.

O BdP dá conta de que, em comparação com o ano passado, o excedente da balança de serviços cresceu 1.191 milhões de euros nos primeiros seis meses do ano, para um total acumulado de 13.499 milhões. Grande parte desse aumento deveu-se à evolução do saldo de viagens e turismo, que, segundo o banco central, terá subido 1.024 milhões face ao valor acumulado até igual período do ano passado.

Já o défice da balança de bens teve uma diminuição de 800 milhões, depois de as importações terem caído de forma mais significativa do que as exportações. Nos primeiros seis meses do ano, o valor acumulado das importações de bens contraiu 2% (menos 997 milhões de euros), enquanto o total das exportações diminuiu 0,5% (menos 197 milhões), segundo o BdP. Com isso, o défice acumulado atingiu -10.923 milhões.

Mantendo-se esta evolução positiva, é possível que Portugal volte a registar um novo excedente anual na balança comercial, que pode inclusive superar os valores do ano passado. Em 2023, a economia portuguesa registou um excedente comercial de 3,3 mil milhões de euros. O valor marcou o regresso do país a excedentes comerciais, depois de a pandemia da covid-19 ter conduzido a três anos consecutivos de défice.

Nos mais de 75 anos em que é possível recuar na série do BdP, a balança comercial portuguesa foi excedentária só em nove. O primeiro excedente foi registado em 2012 e o mais recente no ano passado. ■ JA

O presidente do turismo do Alentejo, José Santos, conta ter o plano para dinamizar o aeroporto de Beja pronto para entregar ao Governo ao até início de 2025.

TURISMO

Alentejo quer que Beja seja mais do que uma pista VIP

Hoje, 90% dos voos executivos que chegam a Beja dirigem-se à Comporta. Mas a região quer alargar a infraestrutura a outras rotas e segmentos. Entidade Regional do Turismo do Alentejo vai começar a trabalhar com a ANA em outubro para delinear novos planos.

SARA RIBEIRO
sararibeiro@negocios.pt

O aeroporto de Beja tem ganhado visibilidade nos últimos tempos, em muito devido à utilização da infraestrutura por equipas de futebol, como o Sporting, e de artistas como a cantora norte-americana Taylor Swift. Mas a Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo acredita que tem potencial para ser mais do que uma plataforma que recebe voos VIP. Por isso, vai sentar-se à mesa com várias entidades, entre as quais a gestora dos aeroportos nacionais, a ANA, para avaliarem as oportunidades de atração de rotas e operadores para Beja. E contam ter o documento sobre os novos planos pronto para entregar ao Governo no final do ano ou início de 2025, tendo já contratado uma equipa de consultores, adiantou em entrevista ao Negócios José Santos, presidente da Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo.

"Hoje, o aeroporto de Beja tem, essencialmente, voos VIP ou de aviação executiva que trazem turistas principalmente para a zona da Comporta. 90% do tráfego da aviação executiva que chega ao aeroporto dirige-se a essa zona", apontou o responsável, acrescentando que "também já começa a ser dirigido para as zonas mais no interior, o que é interessante". "O que nós queremos fazer é refletir com a ANA, aproveitando os investimentos que estão a ser feitos no aeroporto [pela concessionária], e com a Câmara Municipal de Beja. Até porque um destino que não aproveita, ou que não tenta aproveitar, ter um aeroporto, não é um destino turístico inteligente", comentou.

José Santos está ciente dos desafios que esta ambição acarreta e sabe que "não vamos resolver o problema com uma varinha mágica". "Claro que conhecemos as grandes limitações, nomeadamente as acessibilidades rodoviárias e ferroviárias que, provavelmente, afastaram qualquer probabilidade de pensar que Beja seria uma alternativa à Portela", lembrou, referindo-se à escolha da localização para o novo aeroporto que passou por Alcochete. "O que vamos fazer é pôr especialistas da área de aviação, como agências de viagem e hoteleiros, a pensarem no aeroporto de Beja e a discutir qual é a vocação e a função desta infraestrutura para o turismo", detalhou.

Bruno Colaço

Claro que conhecemos as limitações, como as acessibilidades rodoviárias e ferroviárias que, provavelmente, afastaram qualquer probabilidade de pensar que Beja seria alternativa à Portela.

Santarém tinha um excelente marketing mas não tinha aeroporto. Beja tem um aeroporto mas nunca teve grande marketing.

JOSÉ SANTOS
Presidente da Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo

O presidente da entidade regional lembrou ainda que em 2010, quando o aeroporto foi construído, o Alentejo tinha 10 mil camas turísticas, "menos que Fátima. Atualmente, tem 30 mil camas. Portanto, é possível hoje pensar no aeroporto de Beja de uma forma diferente", explicou. Mas as oportunidades destacadas pelo responsável não ficam por aqui.

José Santos defende que a infraestrutura pode vir a ter um papel de relevo para aliviar a Portela – que está a operar praticamente no máximo da sua capacidade –, enquanto o novo aeroporto Luís de Camões não fica operacional, o que poderá levar até 10 anos. Aliás, "neste momento Beja tem o seu papel depois de os trabalhos da Comissão Técnica Independente para o novo aeroporto terem concluído que poderia ser um aeroporto complementar para voos 'charters' não regulares. Nós acreditamos que pode ser mais do que isso", incluindo alargar a operação a voos comerciais, frisou. E não tem dúvidas que a transferência dos voos executivos para a cidade alentejana, em vez de Tires, em Cascais, faria mais sentido. "O aeroporto já é procurado por esse público. E nós começamos a ter agora mais camas e até segunda habitação, o que justifica a utilização do aeroporto", sustentou.

Contactos em marcha

Questionado sobre têm recebido contactos de companhias aéreas interessadas em voar de e para Beja, José Santos confessou que têm sido "poucos". "O problema é que Santarém tinha um excelente marketing mas não tinha aeroporto. Beja tem um aeroporto mas nunca teve grande marketing", comentou, referindo logo de seguida, que têm tido, contudo, contactos de interesse da parte de operadores turísticos e agências de viagem portuguesas.

Por todos estes motivos, está confiante que o aeroporto poderá ganhar uma nova vida em breve. Enquanto representante do turismo do Alentejo no conselho consultivo do aeroporto de Beja, José Santos esteve presente numa reunião com a ANA na qual fez a proposta de dinamizar a infraestrutura, mas "de forma muito genérica. Agora, já tenho a equipa de consultores contratada e vamos começar em outubro a trabalhar com a ANA", revelou. ■

Entre Troia e Melides há projetos para mais 20 mil camas

O aumento da oferta hoteleira no Alentejo tem sido impulsionado pelo eixo Troia-Melides, havendo mais de 5 mil unidades previstas até 2034. E há conversas com a APA para "flexibilizar" o plano de ordenamento do Alqueva.

O turismo no Alentejo tem crescido a forte ritmo à boleia das dormidas de residentes. Porém, em termos de receitas, continua abaixo da média nacional. Uma situação que José Santos, presidente da Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, acredita que irá inverter-se nos próximos anos fruto da nova estratégia em curso. Aumentar a oferta hoteleira, o número de turistas estrangeiros, criar "hubs" para atrair nómadas digitais e dar nova vida ao aeroporto de Beja são alguns dos pontos do novo plano estratégico para a região.

"O Alentejo conseguiu sair daquela guilhotina do [peso] dos 4% da procura e da oferta e hoje já representa cerca de 6% do total nacional em camas", apontou o responsável em entrevista ao Negócios.

No que diz respeito à procura, os números ainda ficam aquém do desejado. Em 2023, representou 4,4% das dormidas a nível nacional. De facto, há ainda um longo caminho a percorrer", admitiu. Porém, destacou que olhando para os números entre 2013 e 2023 cresceu mais do que todas as regiões do país: 8,9% na oferta e 11,7% na procura. Uma "trajetória de crescimento que faz com que apareçam cada vez mais investimentos", referiu.

A zona mais "dinâmica" no aumento da oferta continua a ser o "arco Troia, Comporta, Melides", comentou. E revelou que "a perspetiva é que entre 5 a 10 anos possam aparecer mais 20 mil camas turísticas licenciadas". Em causa estão mais de 5 mil projetos em curso, que incluem unidades de alojamento em hotel, em hotel-apartamento e unidades turístico-residenciais. "Esta zona está no radar dos principais grupos internacionais" do setor, sublinhou José Santos.

Alguns destes projetos, direcionados para um segmento mais alto, levantaram alguns problemas ambientais. Uma questão que o responsável assegura estar ultrapassada. Começando por sublinhar que apesar de todos os projetos em causa estarem licenciados – alguns obtiveram luz verde há quase 12 anos – "muitos promotores perceberam que alguns dos conceitos que estavam por trás desses empreendimentos estavam completamente ultrapassados" e "houve uma redução voluntária do número de camas", apontou. No entanto, é a favor que haja "uma monitorização e um escrutínio 'ongoing' [contínuo], quer na fase de obra, quer na fase de operação".

A região do Alentejo tem 877 unidades turísticas, 12% do total nacional.

Aposta no Alqueva

Hoje, a região tem 877 empreendimentos turísticos, "12% do total nacional. Há 5 anos, era menos de 8%", segundo José Santos, que aproveitou para apontar que estes números comprovam que " há um ritmo de crescimento". Mas que não é extensível a todas as zonas.

No Alqueva, por exemplo, há uma velocidade inferior "muito devido às restrições dos planos de ordenamento. "Há um 'gap' entre aquilo que é possível fazer e que os investidores querem, contou. De forma a potenciar a região, "estamos a procurar , em conjunto com os municípios da zona, a Agência Portuguesa do Ambiente, rever os planos de ordenamento, no sentido de flexibilizar as regras para aproximar aquilo que é hoje a tipologia de empreendimento turístico que o investidor quer com aquilo que se pode oferecer. É esse o trabalho que estamos a fazer agora", explicou. ■ SR

Luís Guerreiro

A Entidade Regional do Turismo quer potenciar o Alqueva.

FINANCIAMENTO

AIP tenta aumentar literacia financeira de 1.000 PME

Associação Industrial Portuguesa pretende sensibilizar pequenas e médias empresas para a importância da diversificação das fontes de financiamento. Primeiro passo será estudo comparativo com a realidade de outros dez países.

Pedro Elias

Numa primeira fase, a AIP vai comparar os hábitos de financiamento das PME portuguesas com os das empresas de outros dez países.

HUGO NEUTEL
hugoneutel@negocios.pt

A Associação Industrial Portuguesa (AIP) lança nesta quarta-feira uma iniciativa com o objetivo de sensibilizar 1.000 PME para a importância da diversificação das fontes de financiamento.

Regra geral, as PME portuguesas "são altamente descapitalizadas e, com isso, acabam por condicionar o seu crescimento e competitividade", afirma o diretor de Economia, Financiamento e Inovação da AIP-CCI. Em entrevista ao Negócios, Paulo Caldas sublinha que "quase 30% das PME têm capitais próprios negativos e não conseguem ter capacidade" para investimentos.

É nesse contexto que a AIP vai, no âmbito do Portugal 2030, levar para o terreno um programa que promete envolver um milhar de PME nos próximos "dois a três anos", para "reforçar a literacia financeira das empresas" no que diz respeito a instrumentos de financiamento alternativos à banca. "As empresas hoje, quando precisam de capital, recorrem quase sempre ao autofinanciamento ou à banca. Mas suportam muitas vezes prémios de risco significativos", constata Paulo Caldas. Sendo que é frequente desconhecerem a existência de outros instrumentos, como os de "financiamento com partilha pública de risco, soluções de quase capital, obrigações, ações, o mercado de capitais". O objetivo da AIP é intervir "através de 'bootcamps' e 'webinars', sensibilizando os gestores para estes mecanismos e para uma utilização eficaz destas opções". A missão não será fácil. "Temos consciência que é um processo de evangelização", diz. Até porque não é certo que a generalidade dos decisores esteja aberta a opções de financiamento alternativas. "Há desafios de cultura empresarial, mas cada vez mais as empresas estão dotadas de recursos humanos qualificados, que vão olhar de uma forma já muito mais amigável para este tipo de instrumento", espera o responsável, que admite que nos últimos anos a profissionalização na gestão das PME tem crescido.

30%
CAPITAIS PRÓPRIOS
Quase 30% das Pequenas e Médias Empresas têm capitais próprios negativos e não dispõem de capacidade para investir.

O apelo ao uso do mercado de capitais enquanto fonte de financiamento não é uma ideia nova – ao longo dos anos foram vários os políticos e gestores a fazê-lo. Mas esse recurso não se tornou habitual – e a culpa é , pelo menos em parte, do custo. "Tem havido um trabalho grande, a AIP tem feito um esforço, assim como outras instituições empresariais, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a Euronext... os Ministérios da Economia e das Finanças têm trabalhado no sentido de reforçar o conhecimento de instrumentos mais acessíveis. Mas há um aspeto vital: o custo da acessibilidade a instrumentos de financiamento tem de baixar", alerta o responsável.

Primeiro passo: comparar

A iniciativa arranca com uma fase de análise e "benchmarking", com o desenvolvimento de um "estudo de base comparativa internacional em países que utilizam com experiência significativa instrumentos de dívida e capital mais estruturados". São os casos do Reino Unido, Suíça, Noruega, Países Baixos, Itália, França, Alemanha, Singapura, EUA e Canadá.

Será após esse estudo que serão estruturadas "34 ações de sensibilização e de capacitação junto de 1.000 PME nacionais". ■

INDÚSTRIA

Martifer com dívida líquida negativa

O grupo de Oliveira de Frades, que obteve lucros de 11,5 milhões de euros no primeiro semestre do ano, tem uma dívida bruta de 89,7 milhões, valor que é inferior em 19 milhões ao que tem em caixa.

Esteve à beira da falência, tendo em meia dúzia de anos acumulado prejuízos de 360 milhões de euros, com a dívida líquida a ultrapassar os 600 milhões, mas souber fazer o "turnaround". Há meia dúzia de anos que o grupo Martifer pisa terreno positivo, tendo fechado agora o primeiro semestre de 2024 com lucros de 11,5 milhões de euros, mais 27% do que há um ano, e uma dívida líquida que, no final de junho, superava em 19 milhões a bruta de 89,7 milhões de euros.

Ainda em 2016 apresentava capitais próprios negativos de 38 milhões de euros – oito anos depois, são bastante positivos, de cerca de 70 milhões. O EBITDA (resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) atingiu os 20,4 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2024, mais sete milhões do que em igual período do ano passado.

703
ENCOMENDAS
A Martifer fechou o primeiro semestre com uma faturação de 126,5 milhões de euros e uma carteira de encomendas de 703 milhões.

Ainda de acordo com as contas apresentadas à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), o grupo Martifer registou na primeira metade deste ano uma faturação de 126,5 milhões de euros, mais 21,1 milhões do que há um ano, com as exportações a gerarem 74% das receitas.

A atividade fundacional da Martifer, as construções metálicas, representou 46% das vendas totais, enquanto a indústria naval, com os estaleiros da West Sea em Viana do Castelo e da Navalria em Aveiro, a contribuir com 40%. Os remanescentes 14% foram gerados pelas áreas das energias renováveis e manutenção industrial.

Entretanto, a indústria naval está a caminho de se tornar o principal negócio do grupo controlado pelos irmãos Martins e a Mota-Engil, pois responde por 69% da carteira de encomendas da Martifer, que no final de junho estava fixada em 703 milhões de euros, valor que é inferior em 50 milhões face a dezembro passado, mas superior em 272 milhões face a junho de 2023.

No comunicado enviado à CMVM, o grupo revela que definiu para o triénio 2024-2026 um "update" ao plano estratégico, "alicerçado nos pilares que sustentaram o sucesso dos últimos anos, mas com a ambição renovada de um crescimento sustentado e sustentável e mantém-se focado nos objetivos e na estratégia definida".

Na construção metálica, o foco da Martifer "está no reforço do perfil exportador do grupo". Já na indústria naval, perspetiva aumentar a sua capacidade de reparação naval através da construção de uma nova doca seca nos estaleiros de Viana do Castelo, "posicionando-se como um dos mais importantes estaleiros da Europa nesta área e tornar as atividades de reparação e construção naval cada vez mais equilibradas no peso relativo do volume de negócios", realça o grupo liderado por Pedro Duarte. ■

RUI NEVES

Greenwashing? "Está por todo o lado, mas não resulta"

Quem o diz é Vincent Stanley, diretor de Filosofia da marca de roupa e equipamento desportivo Patagonia, que ganhou o prémio "Champion of the Earth" da ONU e que tem como único acionista o planeta Terra.

BÁRBARA SILVA
barbarasilva@negocios.pt

Até 2023, das 2.000 maiores empresas do mundo, apenas 900 (abaixo de metade) definiram metas climáticas para os seus negócios, aponta o Environmental Defense Fund. No entanto, e apesar das metas, a esmagadora maioria não tem uma estratégia clara para transformar os seus compromissos em ações concretas, com velocidade e escala suficientes para ajudar a travar as alterações climáticas, acrescenta a organização não governamental. Muitas não sabem sequer por onde começar a reduzir a sua pegada carbónica, já para não falar das cadeias de abastecimento, responsáveis, em média, por 90 a 95% das emissões das empresas mundiais.

Autor do livro "The Responsible Company", que assina com o seu amigo Yvon Chouinard – que há 50 anos fundou a marca de equipamento e vestuário desportivo Patagonia – Vincent Stanley explica o que define uma empresa ambientalmente responsável. "Estamos a atravessar uma crise muito grave. No mínimo, as empresas têm de limpar aquilo que sujam. Se poluímos o ar ou um rio, somos responsáveis por deixar de o fazer e corrigir esse erro. É o mínimo indispensável. As empresas ficam com os lucros e a sociedade é que paga o preço. Se uma empresa quer ser verdadeiramente responsável, tem de tentar mudar a indústria em que se insere. Fazemos todos parte do mesmo sistema global", disse em entrevista ao Negócios o diretor de filosofia da Patagonia, empresa onde começou a trabalhar aos 21 anos, em 1973 (ano da sua fundação), quando o conceito de sustentabilidade ambiental ainda nem fazia parte do dicionário corporativo. Hoje tem 72 anos, com cinco décadas dedicadas à área.

Com uma filosofia oposta à tendência atual da "fast fashion", a Patagonia prega o anticonsumo ao fabricar peças de roupa – de uma simples t-shirt branca de algodão até um blusão capaz de aguentar temperaturas negativas – para "durar vários anos e não apenas uma estação". Ainda assim, a empresa gera lucros ano após ano, com vendas que superam os mil milhões de dólares. Logo em 1985, decidiram que 1% do valor das vendas da marca deveria ser canalizado para a preservação ambiental. Em 2022, a ideia tornou-se numa organização sem fins lucrativos para incentivar outras empresas a fazer o mesmo.

Antes disso, em 2018, a marca já tinha começado por reescrever o seu lema: "Fazemos negócio para salvar o planeta". Em 2020 receberam da ONU o prémio "Champion of the Earth". E em 2022, a Patagonia tomou uma decisão, no mínimo, surpreendente: fez do planeta Terra o seu único acionista. Ou seja, há dois anos que os lucros anuais de cerca de 100 milhões da empresa (avaliada em três mil milhões de euros) são canalizados a 100% para o combate às alterações climáticas, através do fundo Patagonia Purpose Trust.

E se esta marca conseguiu provar que o lucro é compatível com a sustentabilidade, significa que todas podem ser rentáveis e amigas do ambiente? "Podemos até assumir um compromisso profundo com a sustentabilidade, mas se a empresa estiver em dificuldades financeiras o lucro vai sempre ganhar. O mais importante é alinhar o modelo de negócio com as iniciativas de sustentabilidade, para que as vendas surjam como um efeito disso. Aí os lucros vão começar a vir da responsabilidade ambiental e social", defendeu ainda Vincent Stanley numa entrevista à margem da conferência We Choose Earth, da EDP, em Munique.

Greenwashing "não resulta"

Sobre greenwashing, diz que "está por todo o lado" e que as empresas o fazem para "tentar aumentar as vendas ou anular a vantagem competitiva dos seus concorrentes". No entanto, diz que é sempre uma estratégia falhada. "As empresas costumam fazer 'greenwash' apenas durante um ano ou dois e depois desistem, porque não resulta", garante. Em relação à Patagónia, são os próprios fundadores, e autores do livro "The Responsible Company" – Stanley e Chouinard – a admitir que a empresa não é perfeita. Em 2023 chegou a emissões poluentes de quase 200 mil toneladas de CO2 equivalente para a atmosfera, das quais as maiores fatias dizem respeito à cadeia de abastecimento: fabrico de matérias-primas (cerca de 180 mil toneladas), transporte de produtos (13.309 toneladas) e produção (3.404 toneladas). A marca prometeu ser neutra em carbono até 2025, mas diz que só isso não chega.

"A crise climática tem de ser o nosso principal negócio. Ela representa uma ameaça à nossa existência e toda a atividade da empresa está implicada. Temos de reduzir as emissões, começando pela forma como fabricamos os produtos. Comprar créditos de carbono não apaga a nossa pegada e não vai salvar-nos a longo prazo. Se o nosso objetivo fosse cortar só as nossas emissões, estávamos bem, mas 95% são provenientes da cadeia de valor. E assumimos essa responsabilidade", escreve a Patagonia no seu site.

E apesar dos progressos até agora, a empresa assume que muito ainda está por fazer. Sobretudo enquanto existirem fábricas a queimar carvão para fazerem as roupas da marca e enquanto 13% do vestuário que vendem estiver fora do Comércio Justo. "Se não limparmos o que sujamos, passamos à História. Temos de usar todas as ferramentas ao nosso dispor para garantir um futuro mais seguro e justo", diz Ryan Gellert, CEO da Patagonia.

> **Se uma empresa quer ser verdadeiramente responsável, tem de tentar mudar a indústria em que se insere. Fazemos todos parte do mesmo sistema global.**
>
> VINCENT STANLEY
> Diretor de Filosofia da Patagonia

Roupa polui mais do que aviões

Em relação à indústria da moda e vestuário (responsável por cerca de 10% das emissões globais, acima do transporte aéreo e marítimo), Stanley diz que há claramente produção em excesso, com as marcas a enviarem toneladas de roupa para queimar antes mesmo de chegarem às lojas, acusa. "É uma loucura, em termos ambientais". Quase sem investimento em marketing e publicidade, a Patagonia prefere que os consumidores associem uma compra ou uma determinada peça da marca à experiência que se tem ao usá-la e também à ideia de que vai durar muito tempo.

"Em geral, poupa-se dinheiro logo à partida se o tecido for de melhor qualidade", diz Stanley, sublinhando que, além de apostar 100% em algodão orgânico e materiais reciclados, a marca criou também um programa de reparação de vestuário. Assim, se uma t-shirt tiver um buraco ou um blusão ficar sem fecho, não vai para o lixo, mas é remendado para durar mais alguns anos. A Patagonia tem ainda uma plataforma própria de revenda: "Se eu me cansar, posso vender um artigo que já não uso, em vez de o deitar no lixo".

Mas foi décadas antes, ainda nos anos 90 do século passado, que a empresa começou a olhar mais atentamente para a sua cadeia de abastecimento. Tudo começou quando descobriram que o algodão dito convencional – que usavam nas suas peças – era cultivado e trabalhado de forma muito intensiva, recorrendo a químicos nocivos e muita água. "Então perguntámos: Há alguma coisa que possamos fazer para mudar isto?". E foram bater à porta dos principais fornecedores, muitos deles localizados em países asiáticos.

D.R.

Aos 72 anos, o autor do livro "The Responsible Company" diz que é possível conciliar os lucros com uma aposta forte na sustentabilidade.

"Se não limparmos o que sujamos, passamos à História. Temos de usar todas as ferramentas ao nosso dispor para garantir um futuro mais seguro e justo"

RYAN GELLERT
CEO da Patagonia

"Foi um passo muito difícil, porque estamos a lidar com os nossos parceiros, empresas que não controlamos. Estamos a pedir-lhes que alterem as suas práticas para um cliente que pode ser demasiado pequeno em relação aos seus outros clientes", lembra Vincent Stanley. E conta a história de uma das maiores empresas de fiação de algodão de Banguecoque, na Tailândia, que aceitou mudar a sua forma de produzir para cumprir os parâmetros de sustentabilidade da Patagonia. "Anos mais tarde, perguntámos ao dono dessa empresa porque aceitou trabalhar connosco. Nós éramos tão pequenos, e eles gigantes. Respondeu-nos assim: 'Pode dizer-se que eu era um ambientalista que ainda estava no armário'", diz o diretor de Filosofia.

Outra dificuldade, nessa altura, foi encontrar especialistas em sustentabilidade. Simplesmente não havia. "Quando contratei o nosso primeiro gestor ambiental, tive de ir buscar alguém ligado às cidades e ao poder local, porque no mundo empresarial não existia ninguém com esse perfil. Exceto nas empresas petrolíferas e químicas. No início foi um caminho difícil, solitário , porque fomos dos primeiros a trilhá-lo. Íamos buscar pessoas a outras empresas e tínhamos de lhes dar formação", conta Stanley, acrescentando: "Mas sabíamos que éramos os pioneiros e não podíamos ser preguiçosos".

O responsável garante que em 50 anos nunca houve um momento em que a empresa, como um todo, perdeu dinheiro para ser sustentável. "É importante o facto de não termos gasto muito dinheiro em publicidade e marketing. Os nossos clientes sempre foram fiéis à marca e recomendavam os produtos uns aos outros. Houve projetos que não correram tão bem financeiramente durante alguns anos até descobrirmos como o fazer e sermos bem-sucedidos". Quanto ao facto de as preocupações com a sustentabilidade aumentarem os preços da marca, Vicent Stanley admite que sim: "O algodão orgânico é sempre mais caro do que o convencional, claro. Mas ao mesmo tempo poupamos dinheiro em energia, água e resíduos. O maior custo de todos é com os trabalhadores e com os salários dignos que pagamos desde os anos 90". Neste momento, 90% das roupas da Patagonia são oriundas do Comércio Justo.

Quanto ao futuro, a marca está a aventurar-se no negócio alimentar e já produz conservas de peixe enlatadas, cerveja e bolachas. "É um segmento que tem muito potencial para crescer. E o nosso modelo de negócio exige que a cada novo produto que é lançado, pelo menos um problema do setor alimentar ou agrícola seja resolvido", explica.

Outra aposta passa por expandir a plataforma de revenda de vestuário e olhar mais para os grandes mercados europeus de desportos de ar livre, como a Alemanha e a Itália, entre outros. "Fizemos um mau trabalho aqui durante muito tempo e começámos tarde, mas a Europa tem um grande potencial de crescimento. Fora dos EUA, há muito tempo que estamos estabelecidos no Japão, a Coreia do Sul está a correr bem e crescemos na América Latina", diz o diretor de Filosofia. ■

MERCADOS

AÇÕES

Tombo das bolsas deixa gurus de Wall Street divididos

O "sell-off" nas bolsas levou Cathie Wood e Bill Ackman a aproveitar os "saldos". Já Buffett e Soros foram (parcialmente) favorecidos por terem vendido a tempo. Bill Gross preferiu nem se mexer.

FÁBIO CARVALHO DA SILVA
fabiosilva@negocios.pt

Os investidores mais icónicos de Wall Street tomaram posições diferentes face à crise que se instalou nos mercados financeiros. Houve quem fosse às compras, outros venderam títulos e ainda quem preferisse deixar tudo como está.

As desvalorização das ações e o aumento da volatilidade, provocadas pelos receios de que os EUA acabassem por entrar numa recessão, já foram em parte eliminadas, com as bolsas a recuperarem. Mas o que pensam os gurus sobre o futuro? Os relatórios e contas das sociedades e os comunicados enviados ao supervisor financeiro norte-americano (SEC, na sigla em inglês) não mostram uma tendência definitiva, nem mesmo para as ações das "big tech", que têm centrado atenções este ano.

Warren Buffett, por exemplo, reduziu para metade o número de títulos que detém da Apple, para um total de 400 milhões ações, o mesmo número de títulos que a por si cofundada Berkshire Hathaway detém em papéis da Coca-Cola. A primeira vez que o mercado ficou a saber deste movimento foi no início de agosto, ainda antes da invasão de uma grande volatilidade, pelo que Buffett conseguiu assim (pelo menos em parte) escapar à queda das ações tecnológicas. Mas não foi o único. Também George Soros vendeu parte da sua posição na Alphabet, totalizando 58 milhões de dólares e desfez-se de mais 15 milhões de dólares em ações da Amazon.

Entretanto, as bolsas abanaram, o tempo acalmou e abriu o espaço aos "saldos". Na "fila" esteve Cathie Wood. A Ark, através do seus fundos negociados em bolsa (ETF) adquiriu ações da Amazon, Advanced Micro Devices, Meta e Reddit, entre outras.

Também Bill Ackman aproveitou os preços "baixos" das ações da Nike, que desde o início do ano cederam mais de 20% à boleia do "guidance" mais pessimista para este ano.

Por outro lado, houve quem não se quisesse mexer, perante tanta oscilação do mercado. Foi o caso do "rei das obrigações". No X (antigo Twitter) Bill Gross disse que não ia aproveitar o rescaldo desta crise nem para comprar, nem para vender ativos. ■

Quem comprou e vendeu o quê?

Buffett reduz na Apple e vai à cosmética

WARREN BUFFETT
Fundador da Berkshire Hathaway

No início de agosto o multimilionário Warren Buffett reduziu a enorme participação da Berkshire Hathaway na Apple. A informação consta do mais recente formulário apresentado ao supervisor. A Berkshire reduziu o número de ações da Apple para um total de 400 milhões de títulos – o mesmo número de ações que detém de uma das empresas favoritas de Buffet, a Coca-Cola. O gesto não é novo, já que só nos primeiros três meses do ano, a Berkshire tinha já reduzido em mais de 10% a participação na tecnológica. Resta saber o motivo. Até ao momento, a Berkshire Hathaway não explicou o porquê. Por outro lado, o Oráculo de Omaha adquiriu 690 mil ações da empresa de cosméticos Ulta Beauty. Seguindo o seu mantra de que "os investidores devem ser gananciosos quando os outros são medrosos", Buffett aproveitou o baixo valor por ação para investir na empresa de produtos de cosmética. O Oráculo de Omaha comprou ainda, recentemente, títulos da companhia aeroespacial Heico Corp.

Cathie Wood aproveita "saldos" em bolsa

CATHIE WOOD
CEO da Ark Investment Management

Depois da onda volatilidade que abanou o mercado no início de agosto, devido aos receios sobre uma possível recessão nos EUA, a gestora liderada por Cathie Wood, a ARK Investment Management, adquiriu, através do seus "exchange traded funds" (ETF), ações de uma série de tecnológicas, incluindo Amazon, Advanced Micro Devices, Roku, Meta e Reddit, entre outras. Cathie Wood foi sobretudo catapultada para a fama entre os investidores de retalho em 2020, quando um dos seus ETF disparou 150% à boleia da valorização das ações tecnológicas. A estratégia da investidora pode definir-se sobretudo por dois eixos: concentração num tipo de ações e aproveitamento das quebras bruscas do mercado, para ir aos saldos. Por outro lado, a Ark Investment Management vendeu ações da Zoom, entre outras. Além disso, a empresa reforçou o investimento no setor da saúde com a compra de mais de 140 mil ações da Recursion Pharmaceutical, Intellia Therapeutics e da Arcturus Therapeutics.

Bill Ackman "calça" carteira com Nike

BILL ACKMAN
Fundador da Pershing Square Capital Management

O investidor ativista Bill Ackman reforçou a aposta na Nike e nem a quebra nas vendas foi motivo para o levar a desistir. Ao todo, a gestora que lidera, a Pershing Square Capital Management, detém três milhões de ações da marca de artigos desportivos. Por outros números, significa que a sociedade conta com cerca 249 milhões de dólares (o equivalente a mais de 224 milhões de euros, face à cotação de fecho desta segunda-feira). Desde o início do ano, as ações da Nike desvalorizaram mais de 20%, tendo registado o por dia em junho, depois de a empresa ter antecipado uma quebra de receita no ano fiscal, o que levou os investidores a questionarem-se se os acionistas ativistas da empresa, como Ackman, fariam alguma coisa, mas o fundador da Pershing manteve o compromisso assumido em 2022: ser mais "silencioso" e menos "barulhento". Antes da turbulência na bolsa, o multimilionário tinha também anunciado uma aposta contra a dívida dos EUA a 30 anos, por via de uma "short-position".

Eduardo Munoz/Reuters

No início de agosto as bolsas foram alvo de um "sell-off" à boleia da preocupação sobre a saúde da economia norte-americana.

"Big short" está "long" em "tech" chinesas

MICHAEL BURRY
Fundador da Scion Asset Management

Michael Burry, o investidor que ficou conhecido por fazer milhares de milhões de dólares a apostar contra hipotecas bancárias durante a grande crise financeira, reforçou ainda mais a aposta nas ações chinesas de tecnologia. Através da sua Scion Asset Management, o norte-americano – que se tornou famoso pelo livro e filme "The Big Short" – investiu na Alibaba e na Baidu durante o segundo trimestre. No caso do gigante chinês de e-commerce, a gestora de ativos reportou uma posição de 11,2 milhões de dólares, acima dos 9 milhões de dólares no primeiro trimestre, após comprar 30 mil ações nesse período. Michael Burry também aumentou a dimensão da aposta na Baidu, uma empresa chinesa de inteligência artificial, em mais de 30 mil ações. Em sentido contrário, diminuiu a participação na JD.com Inc., outra tecnológica chinesa, em 110 mil ações, no valor de pouco mais de três milhões de dólares. Ainda assim, as ações continuam a representar uma das maiores participações na carteira.

Soros vendeu ações antes da sangria

GEORGE SOROS
Fundador do Soros Fund Management

A Soros Fund Management, fundada pelo multimilionário húngaro-americano George Soros, vendeu parte da sua posição na Alphabet, totalizando 58 milhões de dólares. Além disso, o "homem que venceu o Banco de Inglaterra" (devido a um investimento que chegou a fazer na desvalorização da libra) desfez-se de cerca de 15 milhões de dólares da Amazon, de acordo com registos regulatórios para o trimestre terminado em junho. O momento desta operação foi crucial, já que tempos depois o mercado viria a tremer, assistindo a um aumento da volatilidade e à queda de várias ações. No entanto, George Soros não foi o único a escapar a esta sangria, por ter vendido no tempo certo. A Appaloosa Management, de David Tepper Reduziu a exposição à Amazon, Microsoft e Meta Platforms, enquanto a Wildcat Capital Management, de David Bonderman, também vendeu toda a sua posição na Meta. Por sua vez, a Duquesne Family Office de Stanley Druckenmiller vendeu mais de 1,5 milhões de títulos da Nvidia.

Bill Gross adota estratégia "estátua"

BILL GROSS
Cofundador da Pimco

Sem mexer o corpo ou exprimir qualquer expressão. É assim que se participa no tradicional jogo da estátua. No entanto, a quietude pode ser mais do que uma brincadeira de crianças. No início de agosto, quando a volatilidade (e as desvalorizações) lançaram o pânico nos mercados financeiros, o investidor Bill Gross, cofundador da Pacific Investment Management (Pimco) e atualmente reformado, alertou na rede social X (antigo Twitter) que o diferencial entre os preços das ordens de compra e as cotações das ordens de venda estava "extremamente amplo" e que os mercados "estavam altamente voláteis" pelo que não estava a comprar nem a vender títulos. Gross fundou a Pimco e ficou conhecido como o "rei das obrigações", devido ao seu sucesso no mercado da dívida. Com 80 anos (completos em abril), Bill Gross não trabalha com nenhuma gestora, mas mantém uma rotina diária: levanta-se cedo e passa cinco horas no terminal da Bloomberg a acompanhar a evolução dos mercados.

BOLSA

Em 20 anos, mil dólares no IPO da Google resultaram em 76.700

Uma mudança de nome e dois "stock splits" depois, a tecnológica pertence agora ao grupo das "two-trillion dollar babies" e das "sete magníficas". Há pouco mais de um mês atingiu o valor mais elevado de sempre em bolsa.

LEONOR MATEUS FERREIRA
leonorferreira@negocios.pt

"A Google não é uma empresa convencional. Não tencionamos tornar-nos numa". Era 2004 e Larry Page e Sergey Brin avisavam assim – na carta dos fundadores que acompanhou o prospeto com o qual a tecnológica tentava captar a atenção de potenciais investidores para a oferta pública inicial (IPO, na sigla em inglês) – que pretendiam investir em projetos arriscados. Duas décadas depois, o projeto continua a atrair e as ações já ganharam mais de 7.700%.

Fundada em 1998, o rápido crescimento das receitas levou a Google a abrir o capital, justificando a decisão como tendo o objetivo de dar aos trabalhadores acesso ao crescimento já que a regulação de então obrigava a que uma empresa entrasse em bolsa caso tivesse mais de 500 acionistas e que apresentasse as respetivas demonstrações financeiras no prazo de 120 dias após o final do ano em que atingisse a marca.

O IPO concretizou-se a 19 de agosto de 2004 e os gestores quiseram cumprir a promessa de serem não convencionais. Não quiseram que fossem os banqueiros de Wall Street a ditar quanto valia a empresa pelo que avançaram com uma operação conhecida como "leilão holandês" – um tipo de venda que permite que qualquer investidor institucional ou individual faça uma oferta online por um número de ações (pelo menos cinco) a determinado preço, sem saber o que os outros estavam a oferecer.

Após a licitação, o preço mais alto pelo qual cada ação disponível pode ser vendida torna-se o preço de todas as ações – o preço do IPO. Acabaram por ser vendidas 22,5 milhões de ações a 85 dólares cada uma. No total, a tecnológica captou 1,9 mil milhões de dólares e no dia seguinte entraria em bolsa. O primeiro dia chegou com uma valorização de 18,05% para 100,34 dólares por ação.

Desde então, realizou dois "stock splits" – em 2014 e 2022 – pelo que o preço atual das ações não é diretamente comparável ao do IPO: esses 85 dólares equivalem agora a 2,127 dólares. Mil dólares investidos em ações da classe A no IPO valeriam agora cerca de 76.700 dólares, incluindo dividendos, de acordo com dados da Dow Jones Market Data.

As "sete magníficas" e o clube dos dois biliões

Ao longo destes 20 anos, muito mudou, a começar pela própria tecnologia (e pelo entusiasmo dos investidores em relação a este setor). Em 2015 é criada a Alphabet como uma empresa-chapéu para agregar os diferentes negócios da Google. Em outubro do mesmo ano, Sundar Pichai torna-se CEO, substituindo Larry Page.

Se as ações mantinham um ritmo crescente, foi na entrada desta década que dispararam, quando a pandemia reforçou o entusiasmo em torno da tecnologia. A 16 de janeiro de 2020 tornou-se a quarta tecnológica (e quinta empresa) do mundo a atingir uma capitalização de mercado de um bilião de dólares – a primeira foi a Apple em 2018. Apesar de o setor estar então sob pressão regulatória com autoridades norte-americanas e europeias a pedirem mais garantias de privacidade dos utilizadores, os investidores não pareciam preocupados.

Bastaram 10 meses para que a Alphabet atingisse o marco seguinte: juntou-se, a 8 de novembro de 2021, ao restrito "clube" de empresas com um valor de mercado acima de dois biliões de dólares. Na altura, a escalada era alavancada pelos resultados da área de publicidade online, que representavam a "fatia de leão" dos lucros. Entretanto, a "cloud" tem vindo a ganhar força.

No segundo trimestre, a Alphabet lucrou 23,62 mil milhões de dólares, mais 28,6% do que no período homólogo e acima das expectativas dos analistas. As receitas cresceram 13,6% para 71,36 mil milhões de dólares, impulsionadas pelos serviços de computação na "cloud" e a publicidade no motor de busca.

Não só os investidores não têm mostrado preocupações com os desafios regulatórios que as tecnológicas enfrentam, como têm mesmo expressado entusiasmo como nunca. O grupo que ficou conhecido como "sete magníficas" (além da Alphabet, estão também a Apple, a Microsoft, a Amazon, a Meta, a Nvidia e a Tesla) têm sido as estrelas de Wall Street. Este ano, as ações da dona da Google já valorizaram quase 20% – um valor reduzido pelo "sell-off" do início do mês –, negociando atualmente em torno 166,90 dólares por ação – após ter tocado um máximo de sempre (191,75%) a 10 de julho de 2024. ■

A tecnológica atingiu em 2020 um bilião de dólares de valor de mercado. Dez meses depois chegou aos dois biliões de dólares.

RECORDE FOI TOCADO ANTES DO "SELL-OFF"

Preço por ação, em dólares

O entusiasmo em torno das "sete magníficas" tem feito disparar a cotação da Alphabet, que atingiu em julho o máximo histórico de 191,75 dólares, no rescaldo da apresentação de resultados. No arranque do mês, os títulos foram, contudo, castigados pelo "sell-off" global e estão nos 166,90 dólares.

Fonte: Bloomberg

OPINIÃO

A COR DO DINHEIRO

CAMILO LOURENÇO
Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

Sonhos pintados a vermelho e cor-de-rosa

O país acordou ontem com uma "descoberta" fiscal: se Portugal criasse um imposto sobre os super-ricos iria buscar mais 3,6 mil milhões para os cofres públicos. Contas feitas a partir de um "estudo" da Tax Justice Network ("whatever that means"...).

O que é um super-rico? De acordo com o documento, é alguém que tem um património superior a 3 milhões de euros. Quantos são em Portugal? Cerca de 42 mil contribuintes.

Esta história traz água no bico. O "estudo" aparece poucas semanas depois de a ideia peregrina (tributar ricos) ter sido ventilada no G20, a reboque do Brasil. E há outro pormenor: para tentar justificar uma eventual aplicação deste imposto a Portugal, o documento vai buscar o caso espanhol.

A Espanha, lembra, adotou um imposto deste género em 2022 (que passou no Constitucional), com os mesmos parâmetros (3 milhões de euros) e tem vindo a aplicá-lo desde essa altura. De onde os autores concluem que se iriam buscar mais 3,6 mil milhões se o imposto viesse para Portugal.

A ideia é uma tontice. Faz parte de uma agenda da esquerda, que sonha com impostos. Sonhos molhados. Repare como a esquerda nunca fala em cortar despesa, só em ir buscar mais dinheiro. Em segundo lugar porque quem fez o estudo, e parte da imprensa que o tratou, esqueceu-se de outra coisa: quando a medida foi para o Constitucional espanhol registou-se uma massiva fuga de capitais. E um número significativo de espanhóis equacionou mudar a residência fiscal para Portugal...

O problema destes estudos e das Tax Justice Networks é este: sonham imenso (a vermelho e cor-de-rosa), pensam pouco nas consequências e, quando conseguem impor as suas agendas, tornam os países ainda menos competitivos. ■

O QUINTO CADERNO

FRANCISCO MOTA FERREIRA
Ex-jornalista de política. Escritor e consultor de comunicação.
francisco.mota.ferreira@gmail.com

O sonho do frentismo de esquerda (IV) – a troika, Passos, Costa e a geringonça

Depois de ter quase levado o país à bancarrota e após a pressão de vários setores da sociedade portuguesa, o governo socialista (demissionário) de José Sócrates toma, "in extremis", a única medida possível: chama a troika para esta negociar com Portugal os termos e a forma como o país ia ser salvo. E é com o memorando de entendimento, assinado pelo Governo PS, que o PSD chega ao poder, coligado, uma vez mais, com o CDS/PP.

A frase dita anos antes por Durão Barroso – a de que o país estava de tanga – concretiza-se agora de tal forma que se chega a temer que não haveria dinheiro para, por exemplo, pagar os salários dos funcionários públicos. São anos sombrios os que Portugal vive entre 2011 e 2015.

A necessidade extrema de se apertar o cinto – e a decisão de, em certas matérias, ir para além do memorando da troika (para, em muitos casos, tentar acelerar o tempo em que Portugal estaria limitado nas suas decisões soberanas) – levaram a um descontentamento generalizado, direcionado ao governo e às medidas impopulares tomadas. "A culpa é do Passos" ficou colado quase como um selo aos anos de governação – e aos que se lhe seguiram – de tal forma que ainda hoje existe a perceção de que foi com Passos Coelho que veio a crise.

O caldo para o frentismo de esquerda estava lá.

Entre 2011 e 2015, todos os pretextos eram bons para os sindicatos irem para a rua, para a contestação social subir de tom, com a esquerda e a extrema-esquerda, apesar de separados, mostrarem já uma unidade em face do adversário comum. Algo que, no PS, se extremou, quando António Costa assume a liderança do partido em novembro de 2014, com a promessa de fazer melhor do que o "poucochinho" do seu antecessor, António José Seguro.

O país é chamado às urnas em outubro de 2015 e, pese embora todo o descontentamento e de esta ter sido uma campanha duríssima para os partidos que apoiavam o Governo, o facto é que a coligação PAF (PSD e CDS/PP), vence as eleições. E é na própria noite eleitoral que a esquerda e a extrema-esquerda, derrotadas nas urnas, fazem um "volte-face" inusitado, embora constitucionalmente possível, ao admitir que o PS poderia ser governo mesmo não tendo ganho as eleições. O cenário, que tinha já sido admitido em surdina durante a campanha – com vários responsáveis a reclamarem-se como o "pai da criança" – toma forma, mesmo com a posse do segundo Governo liderado por Passos Coelho.

Com o chumbo do seu programa na AR, onde a esquerda estava em maioria, este Executivo não chega a durar um mês. Cavaco Silva, em vez de optar por novas eleições, chama o PS, que tinha garantido que assegurava as condições de governabilidade para quatro anos. O chefe de Estado exige acordos escritos e o PS assina com o PCP, Os Verdes e o BE um entendimento com a duração da legislatura: a geringonça.

A partir de 2015, o frentismo de esquerda vive os seus dias de glória, com o PS e os seus parceiros a desmontarem tudo o que tinha sido feito anteriormente. Passos Coelho era a cola e o cimento que os unia e não foi, propriamente, uma surpresa quando se percebeu, em 2019, que, afinal, era muito pouco o que juntava PS e extrema-esquerda.

Os muros que, recorde-se, tinham sido derrubados no passado por Jorge Sampaio em Lisboa, não se repetiam. Os tempos eram outros, os herdeiros do sampaísmo também e, de 2019 a 2022, o PS foi sendo progressivamente acossado e acusado pelos seus anteriores parceiros. A proposta de OE para 2022 é chumbada, Marcelo Rebelo de Sousa dissolve o Parlamento e o país é chamado novamente a eleições, com o PS a obter uma surpreendente maioria absoluta e secando a extrema-esquerda com este resultado.

Mas este seria um Governo de curta duração. As polémicas e os casos no seio do Executivo levaram a que António Costa se demitisse, em novembro de 2023, conduzindo o país a novas eleições em 2024, com a vitória da AD de Luís Montenegro. Aqui chegados, é tempo de dedicar o próximo artigo, o último desta série, às novas tentativas de frentismo de esquerda que se estão a tentar formar e porque, no meu entender, seria um erro Pedro Nuno Santos ceder. ■

Coluna semanal à quarta-feira

> Ainda hoje existe a perceção de que foi com Passos Coelho que veio a crise.

SÁBADO
20
ANOS

PROJECT SYNDICATE

KENNETH ROGOFF
Antigo economista-chefe do Fundo Monetário Internacional, é professor de Economia e Políticas Públicas na Universidade de Harvard e em 2011 recebeu o Prémio Deutsche Bank de Economia Financeira. É coautor (com Carmen M. Reinhart) do livro "Desta vez é diferente: oito séculos de loucura financeira" (edição da Universidade de Princeton, em 2011) e autor do livro "A maldição do dinheiro" (edição da Universidade de Princeton, em 2016).

Será que o desejo de Trump de ter um dólar mais fraco se vai realizar?

Se o antigo Presidente norte-americano Donald Trump regressar à Casa Branca em 2025 – e a maioria dos mercados de apostas ainda aponta para que haja 60% de probabilidades, ou mais, de isso acontecer –, será que atinge o objetivo do dólar fraco que tanto ele como o seu companheiro de candidatura, o senador J.D. Vance, querem tão desesperadamente? A visão de ambos, claro, é que alguma coisa tem de ser feita para que o setor da indústria recupere a sua antiga glória, e acreditam que a melhor forma de atingir este objetivo é impor tarifas elevadas e desvalorizar o dólar.

Vance, na sua trajetória desde "Trumpista jamais", até "Trumpista para sempre", afirmou repetidamente que a atual solidez do dólar compromete a competitividade da mão de obra norte-americana. Este argumento é um chamariz para a imprensa, na medida em que parece mais uma conversa sobre desporto do que sobre a aborrecida economia, e as reações dos comentadores convergiram sobretudo para a pouca influência que o Presidente norte-americano tem sobre os mercados cambiais mundiais. Na realidade, há um longo historial de presidentes e secretários do Tesouro que tentaram, e falharam, fazer valorizar ou desvalorizar o dólar. Além disso, há muita gente que antecipa que a ameaça de cortes de impostos e tarifas "trumpianas" podem, de facto, provocar a subida das taxas de juro e fortalecer o dólar.

> Há um longo historial de presidentes e secretários do Tesouro que tentaram, e falharam, fazer valorizar ou desvalorizar o dólar.

Mas a ânsia de apontar as falhas no pensamento de Trump – o ponto de partida da imprensa tradicional relativamente a qualquer política do MAGA ("Make America Great Again" – Tornar a América Grande Outra Vez) – levou a que um pormenor fosse descurado: como bem sabem os exultantes turistas que percorrem a Europa e a Ásia durante este verão, o dólar está de facto muito forte neste momento. Sobretudo se considerarmos a métrica do dólar no que respeita ao poder de compra nas várias moedas. Qualquer medida abrangente relativa à "taxa de câmbio real do dólar" ajustada à inflação relativa dos principais parceiros comerciais dos Estados Unidos demonstra que a nota verde ultrapassou largamente os níveis históricos normais. Apenas os máximos registados em 1985 e 2002 são ligeiramente comparáveis e, em ambas as ocasiões, o dólar caiu abruptamente nos anos seguintes.

As taxas de câmbio são manifestamente difíceis de explicar, e muito mais difíceis de prever, mas há uma regularidade empírica que pode ser observada numa vasta gama de pares de moedas e contextos históricos que dizem respeito ao facto de haver alguma tendência para o regresso a níveis médios sempre que a taxa de câmbio regista desvios atípicos. O ritmo não é necessariamente rápido, demorando normalmente cerca de três anos até que a sobrevalorização da taxa de câmbio real registe uma redução para metade. No entanto, isto é claramente percetível nos dados. E o ajuste real não tem necessariamente que ocorrer por intermédio da própria taxa de câmbio – pode resultar da subida da taxa de inflação dos parceiros comerciais dos Estados Unidos, embora isto não aconteça frequentemente.

Isto significa que a afirmação de que o dólar está demasiado forte tem algum fundamento. Além do mais, isto aponta para que, muito provavelmente, Trump venha a ter sorte com o dólar, mesmo que não adote quaisquer medidas. O mesmo acontecerá no caso de Kamala Harris ganhar as eleições.

O caso do Japão – que continua a ser a quarta maior economia do mundo – é um bom exemplo, embora extremo, desta dinâmica. Durante os últimos três anos, o iene perdeu praticamente um terço do seu valor relativamente ao dólar, apesar de a inflação acumulada nos Estados Unidos ter sido muito mais elevada. O Japão esforçou-se por manter uma taxa de inflação de apenas 2%, ao passo que a taxa de inflação nos Estados Unidos durante a presidência de Joe Biden rondou praticamente 20%. Tendo em tempos sido uma das economias avançadas mais caras do mundo para visitar, o Japão é atualmente uma das mais baratas. O renmimbi chinês também tem vindo a desvalorizar.

Quais as forças que irão determinar a valorização de moedas como o iene e o renmimbi? Em primeiro lugar, os Estados Unidos encontram-se numa fase diferente no que respeita ao ciclo de taxas de juro. É provável que, nos Estados Unidos, as taxas de juro de longo prazo se mantenham muito acima dos níveis registados antes da pandemia, mas é expectável que as taxas de juro de curto prazo desçam, ao passo que as taxas japonesas deverão subir. Adicionalmente, embora o iene fraco esteja a exercer pressão no sentido da subida dos preços no Japão, que tem de importar a maior parte dos produtos (incluindo o petróleo cobrado em dólares), o enorme fluxo de importações de baixo custo contribui para conter a inflação nos Estados Unidos. De facto, os países asiáticos querem tão desesperadamente exportar bens para os Estados Unidos antes da eventual presidência de Trump que as despesas com a fixação de navios porta-contentores na Ásia Oriental estão a disparar.

> Esperemos que a Administração Trump não tente interferir nos mercados cambiais internacionais para além da implementação de tarifas.

É inútil querer prever o momento exato para qualquer descida do valor real do dólar. É bem possível que o dólar venha a valorizar ainda mais antes de começar a desvalorizar, independentemente daquilo que Trump possa dizer na Truth Social – rede social de Donald Trump. Infelizmente, mesmo que o dólar venha a desvalorizar a curto prazo, e não a longo prazo, é pouco provável que a eventual segunda Administração Trump desista de prosseguir com a sua política de aumento das tarifas alfandegárias, que tanto Trump como Vance consideram ser uma solução politicamente vantajosa e eficaz.

Esperemos que a Administração Trump não tente interferir nos mercados cambiais internacionais para além da implementação de tarifas (o que é já suficientemente mau) – por exemplo, através da utilização de controlos de capital demasiado rígidos com vista a manter o dólar artificialmente fraco, ou nomeando um presidente da Reserva Federal que seja incompetente. Trump e Vance podem ter razão relativamente aos efeitos negativos do dólar forte, mas a maioria das curas que propõem são piores do que a própria doença. ■

Tradução: Raquel Teixeira da Silva

negocios

Conselho de Administração **Presidente: Domingos Matos; Vogais: Luís Santana, Ana Dias, Octávio Ribeiro, Isabel Rodrigues, Mário Silva, Miguel Paixão, Paulo Fernandes e Filipa Alarcão.** • Principal acionista **Expressão Livre II, SGPS, S.A. (100%).** • Diretora: **Diana Ramos** Diretor adjunto: **Celso Filipe** • Sede: Redação, Administração e Publicidade **Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa** • Redação: tel. **210 494 000** e-mail **info@negocios.pt** Publicidade: tel. **210 494 076** e-mail **publicidade@medialivre.pt** • Assinaturas: tel. **210 494 999 (das 9h às 18h)** ou através do e-mail **assine@medialivre.pt** • Delegação Porto **Rua Eng.º Ferreira Dias, 181, 4100-247 Porto** tel. **225 322 342** • e-mail **negocios-porto@negocios.pt** • Internet **www.negocios.pt** • Propriedade/Editora: **Medialivre, S.A.** • Sede **Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa** Capital Social **22 523 420,40€** • Contribuinte **502 801 034** • C.R.C de Lisboa **502 801 034** • Impressão **EGF-Empresa Gráfica Funchalense - R. da Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro.** ISSN: **0874-1360** • Estatuto editorial disponível no site em **www.negocios.pt**

QUARTA-FEIRA | 21 AGO 2024

...medialivre

Nº ERC: **121571** • Depósito Legal: **120966/98**
Tiragem média de julho de 2024: **4.173 exemplares**

SA LUÍS AFONSO

BREVES

IMPOSTOS

MAIS PEDIDOS DE NIF NAS FATURAS

O número de faturas pedidas com o número de contribuinte totalizou 930,4 milhões no primeiro semestre deste ano, um aumento de 5,9% face ao mesmo período do ano passado, segundo dados disponíveis no Portal das Finanças. ■

MATÉRIAS-PRIMAS

OURO VOLTA A FIXAR RECORDE

Pela terceira sessão consecutiva, o metal amarelo voltou a testar novos máximos históricos acima dos 2.500 dólares. Ontem, a onça de ouro no mercado à vista (spot) tocou os 2.531,75 dólares. A perspetiva de corte nos juros do EUA alimenta o "rally". ■

MÉDIO ORIENTE

IRÃO ADMITE ADIAR RETALIAÇÃO

A Guarda Revolucionária iraniana admitiu ontem que a retaliação contra Israel pelo assassinato do líder político do Hamas Ismail Haniyeh, ocorrido no final de julho em Teerão, pode ser adiada, declaração que deixa Telavive numa situação de incerteza. ■

TRANSPORTES

Decisão judicial deixa Transdev fora de Coimbra

D.R.

A Busway já tinha derrotado a Transdev na concessão do serviço de transporte na região de Aveiro.

A Busway, detida pelo grupo israelita Afifi, venceu em finais de março o concurso público internacional da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM Coimbra) para a concessão do serviço público de transporte regular de passageiros por um período de cinco anos.

A adjudicação foi contestada judicialmente pela Transdev, operadora rodoviária francesa que vinha a prestar este serviço há largo anos, estando em causa, sabe o Negócios, a falta de perguntas por parte da CIM Coimbra à empresa israelita sobre alguns pontos da sua proposta.

A questão principal dizia respeito à frota – sendo a idade da mesma um dos critérios do concurso –, que a Busway propõe que seja nova e que cerca de 30% seja renovada ainda antes do final da concessão de cinco anos.

O tribunal decidiu em julho que o juri do concurso tinha autonomia para ter decidido pela adjudicação à empresa israelita, que notificou a Autoridade da Concorrência (AdC) a 14 de agosto da operação, segundo uma nota publicada ontem no site do regulador. *

A Busway venceu o concurso para os três lotes, ficando com todas as ligações rodoviárias na região de Coimbra. A operação, indicaram fontes do mercado ao Negócios, deverá arrancar em junho do próximo ano.

Em agosto do ano passado a Busway começou a operar os transportes municipais e intermunicipais nos 11 municípios da CIM de Aveiro, exceptuando o concelho de Aveiro, onde os transportes municipais continuaram a ser assegurados pela Aveirobus / Transdev. ■

PEDRO CURVELO

ELEVADOR

Diana Ramos
dianaramos@negocios.pt

PEDRO DUARTE
CEO da Martifer

A Martifer tem vindo a fazer um caminho de recuperação sólido, sob o comando do CEO Pedro Duarte. A empresa dos irmãos Martins fechou o primeiro semestre a lucrar mais 27% do que há um ano, com as vendas a atingirem os 126,5 milhões de euros. O negócio está de tal forma a transformar-se que a componente naval já quase pesa mais nos resultados do que a construção metálica. ■

KELLY ORTBERG
CEO da Boeing

O gestor assumiu funções para endireitar o barco, após o incidente com uma aeronave 737 cuja porta saltou em pleno voo e que levou a empresa a ter de dar explicações ao congresso norte-americano, sucedendo a David Calhoun. Apesar disso, parece não estar a ter grandes resultados nesta nova fase da companhia: as ações da Boeing afundaram ontem em bolsa cerca de 5% após terem sido detetados novos problemas com as suas aeronaves. ■